



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SIVAM		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0174/02	DATA: 02/04/2002
INÍCIO: 14:46	TÉRMINO: 17:08	DURAÇÃO: 02:22
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02:23	PÁGINAS: 63	QUARTOS: 30
REVISORES: Gilberto, Leine, Lia, Liz, Marlúcia, Patrícia Maciel, Waldecíria		
CONCATENAÇÃO: Márcia		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Presidente da CCSIVAM — Comissão para a Coordenação do Projeto SIVAM.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve apresentação de transparências.
Há expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
Há intervenções inaudíveis.
Grafia não confirmada: Emílio Gueud



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Vasconcellos) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Expediente. Foram recebidas as seguintes correspondências: Ofício MPFBRDF/LF nº 146, de 5 de dezembro de 2001, do Dr. Luiz Francisco F. de Sousa, Procurador da República, solicitando mais uma vez fosse adiado o depoimento, previamente agendado, para o dia 5 de dezembro de 2001; Ofício nº 498/COAFMF, de 18 de dezembro de 2001, da Dra. Adrienne Giannetti Nelson de Sena, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, COAF, em resposta ao Ofício nº 39, 2001, de 29 de novembro de 2001; Ofício nº 008-GM/ASPAR, de 3 de janeiro de 2002, da Dra. Mônica Siqueira Dutra, Assessora Parlamentar do Ministério da Justiça em resposta ao Ofício nº 36, de 7 de novembro de 2001; 4º- Ofício 62/2002, de 22 de janeiro de 2002, do Dr. Otávio José Euclides Franco, Diretor de Secretaria da 12ª Vara da Justiça do Distrito Federal, encaminhando fita cassete contendo reprodução das gravações objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito; 5º - via fax, do Sr. José Afonso Assunção, informando viagem aos Estados Unidos no dia 29 de março de 2002, cujo retorno se daria no dia 8 de abril de 2002, solicitando, portanto, o adiamento do depoimento agendado para o dia 2 de abril de 2002. O pedido atendido, o depoimento do Sr. José Afonso Assunção foi remarcado para o dia 9 de abril de 2002, e a intimação emendada e reencaminhada no dia 27 de março de 2002. Ofício nº 1445 GM/ASPAR, 3 de dezembro de 2001, da Sra. Maria do Carmo Porto Oliveira, Assessora Especial do Ministério da Justiça; Ofício nº CGDSB014, de 2002, do gabinete do Sr. Deputado Sérgio Barros, informando afastamento em virtude de missão oficial no período de 12 a 18 de março, representando a Câmara dos Deputados na cidade do México. Todos esses ofícios



citados estão à disposição dos Srs. Parlamentares, se quiserem tomar maior conhecimento do teor dos mesmos. Comunicação: comunico aos Srs. Parlamentares que, em atendimento ao pedido justificado, foi adiado o depoimento do Sr. José Afonso Assunção, cujas relações com o Embaixador Júlio César Gomes dos Santos são objeto de investigação por esta Comissão. Dessa forma, ficou prejudicada a conclusão do relatório final, sendo necessária uma breve prorrogação dos trabalhos exclusivamente para esse fim. Com a concordância de todos, encaminharei pedido nesse sentido, pelo prazo máximo de 30 dias, ao Presidente da Casa, Deputado Aécio Neves; 4º - tendo sido distribuída cópia da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago da necessidade de sua leitura. Em discussão a ata. Não havendo quem queira discuti-la acerca dos seus termos, passamos à votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. Aprovada. Ordem do Dia: foi convidado a prestar depoimento, no interesse das investigações dessa CPI, o Sr. Brigadeiro Teomar Fonseca Quírico, Presidente da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia, CCSIVAM. Queria convidar o Brigadeiro Teomar Fonseca Quírico, Presidente da CCSIVAM, para fazer parte da nossa Mesa Diretora. E antecipadamente agradeço ao convidado a presença e a compreensão de participar conosco desta CPI. Em nome de todos agradeço ao convidado a presença. Concedo a palavra a S.Sa. para a exposição inicial — esta Presidência vai tomar a liberdade de conceder de imediato o prazo de 25 minutos —, pedindo a compreensão dos Srs. Deputados, porque vai ser preciso colocar elástico no tempo. Então, vamos colocar esse elástico no início. Passamos aos debates. Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Confúcio Moura, se quiser fazer algumas considerações. O Deputado Confúcio Moura agradece. Vamos agora ouvir então o Presidente da CCSIVAM, o Sr. Brigadeiro Teomar Fonseca Quírico.



O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Exmos. Srs. Deputados, senhoras e senhores, queria manifestar, de início, a satisfação que nós, do projeto SIVAM, da Comissão do SIVAM, temos de estar aqui para apresentar aos senhores o **status** em que se encontra o nosso projeto, para que os senhores tenham uma idéia, depois de tanto tempo passado, da situação em que nós nos encontramos e quais são as perspectivas que temos aí pela frente. Vou fazer uma pequena apresentação de algumas transparências, algumas delas serão bem rapidamente passadas, apenas para dar aos senhores a visão de como nós estamos hoje. Então, a partir desta apresentação, talvez os senhores tenham maiores condições de fazer perguntas mais apropriadas ao tema em questão, sobre o que se pretende com o projeto CCSIVAM e quais são as estratégias colimadas com esse projeto, o que se pretende com esse projeto. Vou mostrar para os senhores como está a implantação de todos os equipamentos que fazem parte deste projeto, incluindo as aeronaves R-99 — são as aeronaves produzidas pela EMBRAER, que nós entendemos que vão revolucionar a forma como hoje nós fazemos determinadas coisas aqui no nosso País. Vamos mostrar aos senhores algumas perspectivas que o projeto dá ao Brasil, tanto no campo interno como externo, e as realizações físicas, como elas estão no dia de hoje, o que nós pretendemos fazer de hoje até finalizar o projeto. E, finalmente, mostrar aos senhores alguns dos potenciais que nós temos para finalizar esse projeto dentro do tempo e dentro dos custos previstos. Só para recordar aos senhores que o projeto SIVAM nasceu de uma exposição de motivos de setembro de 90, que foi aprovada, e esta exposição determinava que a então Secretaria de Assuntos Estratégicos deveria formular e implantar sistema nacional de coordenação que visasse à atuação integrada dos órgãos governamentais com atuação na Amazônia. E a palavra-chave aqui é “visando à atuação integrada dos órgãos



governamentais com atuação na Amazônia”. Isto é atribuição da Secretaria de Assuntos Estratégicos, ao então Ministério da Aeronáutica, que deveria implantar o Sistema de Vigilância da Amazônia e deveria ser integrado a esse Sistema Nacional de Coordenação, que é hoje conhecido como SIPAM — Sistema de Proteção da Amazônia. E finalmente que o Ministério da Justiça deveria estruturar um conjunto de medidas que permitisse ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal integrarem-se ao sistema e potencializar as suas ações. O que se pretendia com o projeto, o que se pretende? O SIPAM/SIVAM pretende gerar conhecimentos atualizados sobre a Amazônia brasileira, para que a partir de conhecimentos atualizados as políticas estratégicas adequadas possam ser traçadas para a região; criar condições para que os órgãos setoriais do Governo se integrem na busca de soluções (e, novamente, a palavra-chave aqui é “integração dos órgãos setoriais do Governo”); sistematizar o controle, a fiscalização e a monitorização e vigilância da região, fazer com que o controle aconteça 24 horas por dia, 365 dias no ano; expandir e aprimorar os meios de comunicações e integrar diferentes recursos técnicos com o objetivo de reduzir o esforço e assegurar a dinâmica do processo e a eficácia de resultados (então, novamente, outra palavra-chave: “integrar diferentes recursos técnicos com o objetivo de reduzir o esforço entre as instituições”). Qual o conceito do projeto? O SIPAM, Sistema de Proteção da Amazônia, é aquele sistema nacional que pretender coordenar e integrar os órgãos setoriais, é uma organização sistêmica ou se pretende que seja uma organização sistêmica, cujos elos são os diversos órgãos federais, estaduais e municipais que têm ação de governo na Amazônia. E o objetivo desse sistema é integrar, avaliar e difundir conhecimentos que permitam ações globais e coordenadas, com a finalidade de potencializar resultados decorrentes da implementação de diretrizes políticas. Então os senhores vêm



novamente aqui as palavras-chave: integrar, permitir ações globais e coordenadas, potencializar os resultados decorrentes das ações das instituições. É isso que se pretende com o SIPAM. E o SIVAM? O SIVAM é apenas a infra-estrutura de meios técnicos e operacionais que tem por objetivo coletar, processar, produzir e difundir dados, de interesse das organizações participantes do SIPAM. Então, é interessante que normalmente numa apresentação para o público, pergunta-se: o que o SIVAM vai fazer? E nós respondemos que o SIVAM não vai fazer nada. O SIVAM, na verdade, é só um conjunto de equipamentos que vai coletar dados. Quem vai fazer são as instituições que giram em torno do SIPAM e que se vão valer das informações produzidas para o SIVAM, pelo SIVAM, para potencializar as suas ações. O conceito do projeto, apenas para os senhores terem rapidamente uma noção, o que hoje temos normalmente é um determinado equipamento produzindo uma determinada informação para um determinado órgão. Então, por exemplo, estações meteorológicas. O Comando da Aeronáutica instala uma estação meteorológica para produzir uma informação meteorológica de uso da Aeronáutica, e essa informação nasce e morre dentro da Aeronáutica. No Rio de Janeiro, há algum tempo, tivemos algumas chuvas torrenciais que produziram vários problemas para a população. E o Governo do Estado, da cidade do Rio de Janeiro determinou que iria se comprar um radar meteorológico para produzir informações para a Defesa Civil do Rio de Janeiro. E nós, a Aeronáutica, já tínhamos um radar meteorológico operando no Rio de Janeiro há bastante tempo, porém, produzia informações apenas para o Comando da Aeronáutica. Nessa ocasião, fizemos um acordo com os Governos Estadual e Municipal e, a partir de então, essa informação passou a ser disponibilizada para a Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro e para a cidade. O conceito do SIVAM é que essa informação que está sendo produzida vai



ser colocada numa base de dados, num grande computador, e as diversas instituições vão acessar esta base de dados e obter informação para seu uso. Então, essa informação meteorológica, que apenas servia para a Aeronáutica fazer previsão meteorológica de aeroporto, essa informação meteorológica pode servir para monitoração ambiental, para uso do solo, para vigilância meteorológica, etc. e tal. E se nós multiplicarmos esses equipamentos por vários, por uma dezena deles, os senhores começam a perceber a riqueza de informação que vai ser produzida. Isso tudo sendo colocado nesta base de dados, sendo disponibilizado para todas as instituições parceiras. É isso o que o SIVAM pretende: produzir informação para uso de diversos objetivos, com a finalidade de permitir o desenvolvimento sustentado da região. Quais são os equipamentos que estão sendo colocados, que estão sendo implantados pelo SIVAM, por nós, da Comissão da Força Aérea? Nós vamos começar aqui por uma estação de sensoriamento remoto, uma estação de recepção de dados e informações de satélite de sensoriamento remoto, que foi instalada no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e já está funcionando há cerca de dois anos. Esta é uma estação completamente nova de processamento de dados, um investimento de cerca de 15 milhões de dólares, que foi feito em Cachoeira Paulista e em Cuiabá. E a finalidade é esta. O sistema antigo que o INPA tinha produzia, por exemplo, processava uma imagem de Landsat 7 em quase 200 minutos. Esse sistema, essa estação que o SIVAM já colocou no INPE, que já está funcionando, ela processa a mesma imagem em pouco mais de 15, 20 minutos. Uma imagem de Radar Spot, que levava cerca de 100 minutos no sistema antigo, hoje o INPE já a está processando numa velocidade muito mais efetiva, cerca de 20 minutos apenas. Além dessa estação de processamento de dados de satélite, estamos instalando 300 equipamentos de radiodeterminação, que é um equipamento, é um **laptop**



associado a um GPS, a um sensor, a um localizador baseado em satélites e com uma antena em (*ininteligível*) para comunicação permanente com o Centro Regional de Vigilância. São 300 unidades que serão colocadas à disposição das unidades. Todas as 300 já foram recebidas em fábrica, estão sendo distribuídas entre os órgãos parceiros dentro de uma prioridade que esses parceiros definiram. Só para os senhores terem uma idéia, uma equipe do Instituto Evandro Chagas que queira entrar na mata para fazer pesquisa de uma endemia, se tiver um equipamento desse tipo, saber permanentemente a sua localização, pode permanentemente manter contato com o Centro Regional de Vigilância que o SIVAM está construindo e acessar a base de dados do projeto para obter informações, quaisquer que sejam de utilidade dessa equipe. Além desses 300 equipamentos, nós estamos colocando 940, quase mil terminais de comunicações espalhados na região. Basicamente é um computador associado a um **fax modem**, onde o detentor deste equipamento não apenas pode enviar informações, dados para o Centro Regional de Vigilância, como também acessar esta base de dados para obter dados, quaisquer que sejam de utilidade para a sua instituição. Nessa área de telecomunicações, das 27 centrais previstas, todas já foram recebidas em fábrica e nós já concluímos a instalação de três centrais. Desses terminais usuários, quase mil, cerca de 500 já foram recebidos em fábrica e estamos num processo de instalação das antenas e da instalação desses equipamentos. Das antenas de telecomunicações HUB, cinco unidades, todas já foram recebidas em fábrica e já foi concluída a instalação de uma antena no Centro de Vigilância Aérea, em novembro do ano passado, e nós estamos concluindo as instalações da antena do Centro Regional de Vigilância de Manaus, neste mês de abril. Apenas para os senhores terem uma idéia, desses terminais de comunicações, nós estamos instalando nove, um em cada Governo Estadual, sendo



que o de Manaus nós vamos inaugurá-lo daqui a dois dias, no dia 4 de abril, junto com o INPE, onde está sendo localizado esse terminal, para uso dos Governos Estaduais. Os comandos militares, o IBAMA vai receber 104 terminais desses; a FUNAI, 174. Todas as Prefeituras acima de 10 mil habitantes vão receber esses terminais, que vão permitir aos nossos Prefeitos acessarem a base de dados, buscarem imagens de satélites e buscarem imagens das nossas aeronaves com finalidade de fazer a sua política e a sua estratégia de Governo. E outros 245 usuários receberão esses equipamentos. Nós estamos instalando 200 plataformas de coletas de dados para coletar dados de hidrologia e pluviometria. Essas informações para coletar quantidade de chuva, qualidade da água dos rios e igarapés, turbidez da água, permitem que se possa fazer um planejamento de navegação hidroviária, problemas de poluição no rio por mercúrio. Dessas 200 plataformas de coleta de dados, todas as 200 já foram entregues e 67 já foram instaladas pelo antigo DENAEE, que atualmente é a Agência Nacional de Energia Elétrica. Sessenta e sete delas instaladas e já produzindo informações. Estamos instalando um conjunto de equipamentos na área de meteorologia e ambiental. São 70 estações meteorológicas de superfície; 11 estações meteorológicas de altitude para monitorar camada de ozônio; 14 detetores de raios — porque a região, os senhores sabem, é muito sujeita a descargas elétricas; 10 radares meteorológicos. Estações de recepção, são quatro estações de satélites meteorológicos e de recepção de satélites meteorológicos. Desses equipamentos, das 70 estações de superfície, 8 já foram instaladas; das 11 de altitude, quatro já foram instaladas e o primeiro radar meteorológico já foi recebido em fábrica. Além disso, nós adquirimos um supercomputador para o Instituto Nacional de Meteorologia, para que o INMET possa fazer previsão numérica de meteorologia, para que possa ter condições de



fazer tanto a parte de controle meteorológico e climatológico de uma forma mais eficiente... Isso tudo são equipamentos que estão sendo colocados para obter os dados para serem processados em três Centros Regionais de Vigilância: um Centro Regional de Vigilância em Porto Velho, outro em Manaus e outro em Belém. Além desses dados todos, nós vamos ter um Centro de Vigilância Aérea que vai fornecer toda a parte de situação aérea geral para que a gente possa saber o que está acontecendo no espaço da Amazônia — quem está voando, para onde está voando, o que está fazendo —, para que a gente possa controlar efetivamente o espaço. Se quisermos controlar o que acontece na superfície, temos de controlar o que acontece no espaço. Isso aqui é uma imagem do Centro de Vigilância Aérea de Manaus. É uma obra que já está pronta, já está com equipamentos instalados. Esta aqui é a sala de controle, é mais ou menos, comparando com o CINDACTA, o que os senhores têm aqui em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, é basicamente a mesma coisa. Essas consoles, o prédio, nós já recebemos o prédio em julho do ano passado, concluímos as instalações dessas consoles todas em agosto do ano passado e recebemos já o radar, o primeiro sinal do radar de Maniporé e o radar de Tefé, em 7 de março deste ano e em 21 de março deste ano. Ou seja, nós aqui já estamos recebendo sinais dos primeiros radares que foram implantados pelo SIVAM e que já estão produzindo o controle do espaço aéreo nessa região. Nós estamos instalando ainda seis radares transportáveis e 19 radares fixos para permitir o controle de todo o espaço aéreo da região. Desses radares, dos sete radares primários e secundários fixos, nós já instalamos dois, em Rio Branco e Porto Velho, e temos uma terceira instalação em Vilhena. Dos seis radares tridimensionais secundários, nós já instalamos três: um Tefé, um em Guajará-Mirim e o terceiro em Sinop. E dos sete radares secundários isolados, nós



já instalamos cinco e temos mais um em instalação. Esta é a visualização, é a cobertura radar que nós tínhamos no Brasil antes que o SIVAM começasse a ser implantado. Com o radar de Maniporé e de Tefé já funcionando, nós agregamos mais dois radares à cobertura radar da região. E com a implantação de todo o sistema, nós teremos efetivamente a cobertura de toda a região no nível 200, quer dizer, um avião voando em altitude, para permitir efetivo controle do que acontece no espaço aéreo. Isso aqui é apenas para os senhores terem uma idéia das obras que estão sendo realizadas em Manaus. Aqui é o Centro Regional de Vigilância, aqui é o Centro de Vigilância Aérea. Essa imagem é uma imagem de fevereiro do ano passado, ou seja, está bem desatualizada. Hoje esta área aqui já está toda urbanizada, este complexo todo está pronto para ser entregue em abril, no final deste mês. Nós estamos trabalhando com afinco para que em julho deste ano nós tenhamos, além da instalação física pronta, toda a instalação de equipamentos, sistemas de **software** funcionando e operando aí dentro. É a nossa expectativa para a qual nós estamos trabalhando: em julho deste ano termos o Complexo Manaus funcionando e disponibilizando informações. Isso aqui é para os senhores terem uma idéia, do radar de Rio Branco, para os senhores terem uma idéia do tipo de obra que foi feita e da qualidade com que foi feita. São Gabriel da Cachoeira, o radar antigo que nós já tínhamos lá na região, aqui é a torre para ser instalado um radar meteorológico. Jacareacanga foi o primeiro radar secundário instalado por nós e que já está funcionando, só estamos trabalhando agora para levarmos o sinal radar para Manaus. Porto Velho, uma outra imagem do radar primário colocado em Porto Velho. Em Sinop, este daqui é um radar transportável, é um radar que permite ser movimentado de lugar para lugar para atender necessidades eventuais. Por exemplo, surgiu uma necessidade na Cabeça do Cachorro, lá na região de Auretê,



onde nós não temos um radar instalado. Temos que deslocar um radar para lá. Nós desmontamos esse radar, embarcamos em dois C-130, transportamos para Auaretê, montamos o radar lá e ele em 24 horas está funcionando. Além desses equipamentos todos que estão mandando informações para o Centro Regional de Vigilância, obviamente os centros regionais adjacentes também mandam informações, trocam informações entre si. Ou seja, Manaus recebe informação de Belém, de Porto Velho e vice-versa, de tal forma que a base de dados em Belém, a partir de Belém possa se acessar a informação que é comum a toda a região e comum a todas as instituições. Nos Centros Regionais de Vigilância, no Centro de Vigilância Aérea, como eu falei para os senhores, o **software** já foi recebido, finalizando os seus testes. E o **hardware**, que são aquelas consoles, já concluímos a instalação. E na área do Centro Regional de Vigilância, os testes do **software** vamos finalizar esses testes no final deste mês; e o **hardware** já concluímos a instalação, com o objetivo, como eu falei aos senhores, de, em julho deste ano, termos esse centro funcionando. E, aí, nos entramos nas aeronaves de sensoriamento remoto e de vigilância aérea. Vou dar uma idéia do que eles são para que os senhores entendam por que denominamos que eles são uma verdadeira revolução à serviço da sociedade brasileira. Temos cinco aeronaves de vigilância aérea. Isto aqui é um radar. Aqueles radares que mostrei para os senhores, aquela cobertura-radar, é para detectar um avião voando em altitude. Os senhores sabem que o avião que voa baixinho e voa devagar, colocado às árvores, os radares têm dificuldade de detectar esses aviões. Então, para garantir que mesmo o avião voando a baixa altura para fugir dos radares de superfície, esse avião possa ser detectado, nós temos a aeronave radar, que faz com que, de cima para baixo, eu vigie tudo. E mesmo o avião voando baixinho vai ser detectado. Ele tem uma



capacidade de operação autônoma ou integrada, ou seja, ele pode ser como um CINDACTA voando, como se fosse este nosso centro aqui de Brasília voando e mandando informações para baixo, onde o comandamento das ações irá acontecer; ou ele pode ter uma operação totalmente independente, ou seja, ele ser um CINDACTA voando, o controle e o comandamento de todas as operações serem feitas a partir do ar, de tal forma que seja completamente imune a qualquer problema que aconteça na superfície. Este avião é igualzinho àquele americano que vimos voando nas Guerras do Golfo, de Kosovo e do Afeganistão. É a mesma coisa. Somente que é produzido por brasileiros, integrado por brasileiros e operado por brasileiros. Ele tem capacidade de fazer vigilância marítima também; tem capacidade de rastreamento inteligente de alvos; tem capacidade de mandar informações eletronicamente; ou seja, não precisa haver o tráfego de voz. Eletronicamente, através de um sistema de **datalink**, com criptografia e agilidade de frequência, as informações são passadas. E tem também um sistema de exploração de sinais de comunicações e não comunicações. Ou seja, é um sistema passivo, que detecta tudo o que é transmitido, tudo: rádio, comunicação em HF, radar. Qualquer coisa que esteja sendo transmitida eletromagneticamente esse sistema detecta, de tal forma que, por exemplo, a estação clandestina de comunicação possa ser identificada, inclusive localizada. Isto aqui é o interior da aeronave. Para os senhores terem uma idéia, são consoles. Cada um desses consoles processa uma determinada informação. E temos as Aeronaves R-99 Bravo, que são as de sensoriamento remoto, que entendemos ser o mais poderoso e versátil avião de reconhecimento que a Força Aérea Brasileira tem e que a sociedade brasileira vai ter. Ele tem um sistema ótico infravermelho para fazer detecção de alvos, inclusive noturnos. Ele tem um radar de abertura sintética, um sensor multispectral, que



permite — isso é importante que os senhores entendam ou percebam — que ele tenha a capacidade de fazer um reconhecimento a qualquer hora, a qualquer tempo, inclusive além-fronteiras. Pode ser de dia, de noite, com sol, com chuva, com ou sem nuvem. Temos capacidade de fazer um reconhecimento de alguma área do terreno, porque ele produz algumas informações, como vamos mostrar aos senhores. Dos equipamentos de missão, dos três radares de abertura sintética, todos já foram recebidos em fábrica; do mesmo jeito que todos os imageadores multispectrais também já foram recebidos em fábrica. Os sensores óticos infravermelhos já recebemos todos que estão previstos; e dos radares de vigilância aérea, aquele radar, que eu mostrei aos senhores e senhoras, que estão no dorso do avião, dos cinco previstos, já recebemos quatro; e do sistema de exploração de sinais, dos oito sistemas, já recebemos todos os oito. O sistema ótico infravermelho, então, operação diurna e noturna, detecção de alvos pequenos, busca e salvamento. Porque, por exemplo, reproduz uma imagem como esta. Esta aqui já foi escaneada diversas vezes. Então, a resolução da imagem está ruim. Mas esta aqui é uma imagem de uma embarcação noturna, de 1h da manhã. Então, se eventualmente tivermos que fazer o acompanhamento de um barco suspeito, mesmo à noite, temos equipamento que vai permitir a nós fazer o acompanhamento desse barco suspeito, mesmo que seja à noite. Temos um sensor multispectral, que é um sensor ótico, que, por exemplo, tem capacidade de fazer localização de cursos d'água subterrâneos através de imageamento termal. Esta aqui é uma imagem fotográfica. E isto daqui seria o curso d'água subterrâneo, detectado por este equipamento simplesmente através de um imageamento termal. Este equipamento tem estas aplicações: uso da terra, monitoramento de incêndios florestais e desmatamentos, identificação de mapeamento de áreas irregulares. Por exemplo,



ele produz uma imagem como esta. Isto aqui é uma imagem. Não é do equipamento que está instalado no nosso avião, é uma imagem de um outro equipamento, mas da mesma qualidade. Isto aqui é um incêndio florestal. Esta aqui é a mesma imagem, apenas tratada com técnicas diferentes. Então, esta imagem é quase igual a uma imagem fotográfica. Os senhores vêem aqui a fumaça, o incêndio. Aqui, utilizando artifícios de cores falsas. Nós já começamos a verificar o que é efetivamente vegetação; o que é vermelho aqui é exatamente a clorofila; vegetação natural. Os senhores vêem o relevo. Aqui, os senhores vêem a fumaça completamente fora de vista. E aqui, os senhores vêem apenas os focos de incêndio detectados por este equipamento. Então, se não conseguimos prevenir um incêndio florestal com todos aqueles equipamentos na área de meteorologia e climatologia, pelo menos no combate ao incêndio, teremos mais eficácia ao fazer uso deste equipamento. Esta aqui é a imagem do equipamento que está instalado a bordo do nosso avião, na primeira imagem de testes executada nos Estados Unidos. Radar de abertura sintética é um equipamento que opera na Banda X para fazer cartografia, modelos numéricos de elevação. Opera na Banda L, para fazer mapeamento de áreas alagadas, uso da terra. Porque, por exemplo, ele produz uma imagem como esta. Isto aqui não é uma fotografia. Isto aqui é uma imagem radar. Os senhores vêem aqui o relevo, a estrada, todas as condições desta faixa de terreno, uma faixa de cerca de 60 quilômetros de lado, a cerca de 100 quilômetros de distância, com uma resolução de 3, 6 ou 18 metros. Esta aqui é uma imagem que pode ser obtida de dia, de noite, com sol, com chuva, em qualquer situação. E eu posso obter essa imagem de uma área situada a 100 quilômetros de distância do avião, com uma resolução de 3 metros. Ou seja, posso identificar um objeto de três metros de comprimento, a 100 quilômetros de distância de uma aeronave voando a 10 mil



metros de altura, de dia, de noite, com sol, com chuva, em qualquer situação. Esta é uma resolução de 3 metros em uma imagem-teste, adquirida nos Estados Unidos, mas esta é uma imagem de um teste feito no nosso equipamento, no nosso avião, no dia 20 de abril de 2001, do Vale do Paraíba. Então, os senhores vêem aqui uma imagem com 6 metros de resolução, onde os senhores vêem aqui a rodovia Presidente Dutra, as cidades de Aparecida do Norte, Guaratinguetá, o Rio Paraíba do Sul. Estas circunferências em vermelho aqui são viaturas trafegando a partir de uma determinada velocidade. O sistema tem um equipamento chamado MTI, **Moving Target Indicator**, ou Indicador de Alvo em Movimento. A partir de uma determinada velocidade, todos os tráfegos, tudo o que estiver trafegando acima de determinada velocidade, o radar mostra para o operador. Só para os senhores terem uma idéia, isto aqui poderia ser obtido numa imagem noturna se houvesse a necessidade de um Prefeito, de um Governo, de uma instituição qualquer fazer o controle do que está acontecendo naquela região, naquela hora. Ou seja, o imediatismo do reconhecimento, o imediatismo da ação. Esta aqui é uma resolução de 18 metros da mesma região no teste também do dia 20 de abril. Este sistema também tem a capacidade de operar no modo Spot, que é um modo bastante limitado. Num quadrado de 1,5 quilômetros de lado, ele consegue identificar um alvo ou objeto de 1 metro e 80 centímetros de comprimento. Os senhores vêem aqui as árvores colocadas no terreno. Se eventualmente eu quiser controlar o desmatamento autorizado em uma determinada área e quiser fazer o controle do que está sendo desmatado, contar inclusive as árvores que estão sendo desmatadas, eu teria capacidade com esse equipamento. Tem também a capacidade de fazer um mapeamento interferométrico se, basicamente, através de uma imagem digital, eu, utilizando técnicas de interferometria, eu posso passar a ter



o relevo, a visualização tridimensional dessa imagem inicialmente colocada apenas em termos bidimensionais. Só para os senhores terem uma idéia, esse equipamento, SAR, esse Radar de Abertura Sintética, vai nos permitir, por exemplo, fazer a cobertura de cerca de 120 mil quilômetros da nossa fronteira em dez horas de vôo, numa resolução de três metros. Ou seja, em um dia de operação, independentemente das condições meteorológicas, nós podemos fazer o mapeamento de tudo que acontece na nossa fronteira e além fronteira numa resolução de três metros em dez horas de vôo. Das aeronaves. As aeronaves de laboratório que nós também adquiramos, além dessas oito, todas as quatro foram entregues; das cinco aeronaves de vigilância aérea, quatro foram já recebidas em fábrica, essas aeronaves-radar; das aeronaves de sensoriamento remoto, as três aeronaves também todas já foram recebidas em fábrica, e mais cinco aeronaves adquiridas para apoio logístico também todas já foram entregues. Isso tudo são equipamentos que estão sendo colocados para produzir informações, por exemplo, para a vigilância ambiental. Lá no Centro Regional de Vigilância haverá uma área exclusivamente voltada para o monitoramento ambiental, de tal forma que possamos fazer a análise de cenário ambiental da Amazônia a partir de dados sensores, de banco de dados históricos e outra atividade do Sistema. Fazer também vigilância territorial para fazer análise de cenários com indícios de atividades ilícitas tal a quantidade de informações que serão produzidas pelo Sistema. O Sistema, na verdade, ele não é a panacéia para todos os males, ele não vai resolver todos os problemas. Quer dizer que agora, com o SIVAM, está tudo resolvido? Não, não é. Ele simplesmente vai disponibilizar as informações e caberá a cada instituição utilizar essas informações para o seu uso. Na verdade, ele é um equipamento, ele é um sistema de apoio à decisão. Na verdade, ele pega todas essas informações e



integra informações e apresenta um conhecimento. Por exemplo, uma imagem de um satélite que me mostra um desflorestamento numa área, é só um desflorestamento, só me mostra que naquela área está havendo um desflorestamento. Mas, se a essa informação desse desflorestamento eu agregar a informação, por exemplo, de que nessa área, próxima a esse desflorestamento, está havendo um tráfego anormal de aeronaves voando a baixa altura; se eu agregar a essa informação os dados de uma plataforma de coleta de dados de um rio ali perto me indicando que tem poluição por mercúrio naquele rio; se eu agregar a essa informação um dado de que está havendo um tráfego de comunicações numa faixa de frequência anormal naquela área, isso tudo somado me dá um indício de que, talvez, naquela área, possa estar havendo uma atividade ilícita. Ou seja, ele, na verdade, é um gerenciamento de casos que dão apoio à decisão de cada instituição. De tal forma que se possa, por exemplo, fazer controle de centros de armazenamento, depósito de droga, plantações ilegais, de minerações ilegais, campos de pouso clandestinos, para sabermos exatamente quantos são e onde estão, incursão de fronteira, comunicações clandestinas, fazer o controle do que acontece na superfície, não apenas das aeronaves, mas também das embarcações, fazer controle de doenças endêmicas e epidêmicas e permitir realmente contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. Isso tudo, no nosso entendimento, vai contribuir significativamente para que as nossas instituições trabalhem de uma forma mais eficaz, de uma forma mais eficiente lá na região, favorecendo, naturalmente, a sua atuação no campo interno. E no campo externo, todas essas informações, os países fronteiros ao Brasil na área amazônica manifestaram já o desejo de obter essas informações, de se integrarem ao Sistema. Então, é uma oportunidade que o Brasil tem de fazer com que esses países



cheguem mais próximo do Brasil e que nós possamos agregá-los à nossa esfera de influência, que possamos ajudá-los também a desenvolver a região não apenas no nosso lado, mas também do lado deles. O nosso projeto está ligeiramente atrasado. Quem acompanha o projeto desde o início tem perfeita noção de que os prazos... Era para nós concluirmos isso tudo em julho deste ano. Em 25 de julho deste ano é quando terminam os cinco anos previstos em contrato. Nós estamos cerca de seis meses atrasados, eu diria isso aos senhores. A nossa expectativa é estar trabalhando para até julho de 2002 nós termos 75% do projeto implantado e operando e disponibilizando informações. Dessas, eu diria, eu ressaltaria aos senhores, a maior parte das obras civis, destacando o Centro Regional de Vigilância de Manaus e o Centro de Vigilância Aérea de Manaus completamente operacionais e cerca de 17 radares integrados ao sistema e disponibilizando as informações sobre a situação aérea geral lá na região. De julho até dezembro nós esperamos... Vamos receber também até julho quatro aeronaves, duas de vigilância aérea e duas de sensoriamento remoto. No segundo semestre deste ano nós receberemos as duas aeronaves adicionais, perfazendo um total de seis aeronaves até o final deste ano. Receberemos mais uma unidade de vigilância transportável e dois centros regionais de vigilância. O Centro Regional de Vigilância de Porto Velho nós esperamos torná-lo operacional disponibilizando informações a partir de outubro deste ano, e o de Belém nós esperamos disponibilizá-lo no início do próximo ano. E nos sítios operacionais, a concluir a instalação de três radares primários, mais esses radares todos, estações meteorológicas, vai por aí fora. Ou seja, no segundo semestre, nós esperamos que os 25% restantes nós consigamos, de alguma forma, implementá-los. No ano de 2003 nós vamos receber as duas aeronaves restantes lá da EMBRAER, uma aeronave de vigilância aérea e uma aeronave de sensoriamento



remoto. Finalmente, ativaremos o último Centro Regional de Vigilância, que é o de Belém, ativaremos os Centros Estaduais de Belém e de Macapá, serão os dois últimos restantes, e concluiremos a instalação de dois radares meteorológicos, sendo que os demais cinco ficarão prontos para estarem funcionando até agosto de 2003. Só para os senhores terem uma idéia, nós estamos, para viabilizar esses objetivos que nós estamos apresentando aos senhores, nós neste instante temos, na área de Manaus, cerca de 700 operários trabalhando nas obras civis; no pólo de Belém nós temos cerca de mil funcionários trabalhando nas obras civis e na área de Porto Velho nós temos cerca de 526 trabalhando, perfazendo um total de 2.200 homens trabalhando hoje, neste instante, nas obras civis do SIVAM, sendo 1.700 da empresa contratada e cerca de 500 de empresas subcontratadas. Contratos pela Atech, que estão trabalhando na integração do sistema, na implementação do **software** que foi desenvolvido pelo pessoal da Atech, nós temos, por exemplo, no nível operacional, todos os operários, todos os funcionários são oriundos da Região Amazônica, sendo 27, todos eles, desse nível operacional. Do nível superior, apenas para os senhores terem uma idéia, 19 são da Região Amazônica e 23 são de outras regiões, perfazendo um total de cerca de 82 da Região Amazônica e 32 de outros Estados, o que demonstra o interesse em privilegiar a mão-de-obra local, em privilegiar as pessoas que lá têm capacidade para serem integradas ao sistema e trabalhem junto com o sistema na implantação dele. Por área de atuação, apenas para os senhores terem uma idéia, por exemplo, na implantação de **hardware** e **software**, 21 são de outros Estados e 15 são da Região Amazônica. Na área de planejamento, todos são da Região Amazônica. Ou seja, apenas para dar uma idéia aos senhores da quantidade de mão-de-obra que está trabalhando na integração e o desejo de privilegiar a mão-de-obra local nesse tipo de trabalho. Obviamente, temos



alguns óbices para tocar esse projeto até o seu final. Eu diria que um deles é a disponibilização de recursos financeiros necessários. Os senhores sabem que o Orçamento de 2002 contemplou apenas 10% das necessidades do projeto para este ano. Houve um projeto de lei, que foi encaminhado através de um aviso da Casa Civil para o Senado Federal no dia 21 de março de 2002, solicitando verbas suplementares de cerca de 360 milhões, que estão dependendo de votação aqui no Congresso para a aprovação desse crédito suplementar, que é vital para que nós possamos atingir essas metas colimadas. Temos também a estruturação do órgão gestor do SIPAM. Eu apenas falei para os senhores do SIVAM, e como está o SIPAM? Apenas para atualizar os senhores, recentemente, eu diria semana passada, na quarta-feira, no dia 27 de março, o Exmo. Sr. Presidente da República chefio uma reunião no Palácio para discutir a estruturação do órgão gestor, isso demonstrando o interesse do Presidente em definir, de uma vez por todas, quem é que vai gerir o sistema e como é que o sistema vai ser estruturado para que os órgãos parceiros possam se agregar. Eu diria que essa é uma questão que, rapidamente, a partir dessa reunião e dessa decisão do Presidente da República, é uma ação que, creio, rapidamente terá solução. Da mesma forma, temos algumas indefinições sobre o Centro de Coordenação Geral daqui de Brasília. O projeto, na sua concepção original, previa três Centros Regionais de Vigilância — Belém, Manaus e Porto Velho — e um Centro de Coordenação Geral aqui em Brasília para permitir que as instituições que têm as suas sedes aqui em Brasília e que o mais alto nível governamental pudesse ter direto acesso às informações do projeto. Houve algumas discussões no sentido de que talvez esse Centro de Coordenação Geral pudesse as suas funções serem migradas para Manaus. Houve algumas considerações nossas desaconselhando isso, tanto sob o ponto de vista conceitual



quanto sob o ponto de vista financeiro, mas hoje, realmente, temos algumas indefinições sobre isso. Entretanto, cremos que a partir dessa definição do órgão gestor do SIPAM, que entendemos que rapidamente vai ser definido em função da reunião de semana passada com o Sr. Presidente, essas questões todas estarão sendo definidas. Isso tudo é para mostrar para os senhores que, ao longo desses anos todos em que talvez o SIVAM saiu da mídia para passar a fazer a implantação dele, é apenas para mostrar para os senhores que ele deixou de ser uma concepção do passado e passou a ser efetivamente uma realidade, uma realidade que estará funcionando a partir de julho deste ano, estará completamente implantada até o início do próximo ano para servir a toda a sociedade brasileira. Apenas para terminar com uma frase que mostra muito o espírito com o qual nós trabalhamos nesse projeto, Maquiavel dizia que não há nada mais difícil de se conseguir, mais perigoso de conduzir ou de êxito mais incerto do que liderar a introdução de uma nova ordem de coisas. Nós entendemos e consideramos que o SIPAM e o SIVAM são e serão uma nova ordem de coisas lá na nossa Região Amazônica. Não que serão a panacéia, a varinha de condão para resolver todos os problemas, mas serão, sim, sistemas que darão condições a que a sociedade seja mais bem informada sobre o que acontece lá na região e as nossas instituições também possam atuar de uma forma mais eficaz e eficiente. Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Vasconcellos) – Esta Presidência cumprimenta o Brigadeiro Teomar pela explicação bem didática e passa imediatamente a palavra aos debates, em primeiro lugar ao nosso Relator, Deputado Confúcio Moura.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sr. Presidente, eu vou deixar a minha participação para o final, dando oportunidade para os Deputados



perguntarem. Se ficar alguma das perguntas já formuladas por mim sem serem inquiridas, aí eu usarei no final. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Vasconcellos) – O primeiro inscrito é o Deputado Antonio Feijão. O Deputado Arlindo Chinaglia está inscrito também, mas aí é uma questão...

(Não identificado) - *(Intervenção fora do microfone)* ...autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Vasconcellos) – Se os dois Deputados quiserem passar a palavra um para o outro, eu posso passar a palavra para o terceiro Deputado... Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, eu não tive o prazer de estar presente no exercício do mandato quando da instalação desta CPI, uma vez que fui o autor do requerimento. Até não era por uma gentileza desmedida, mas eu até preferiria ouvir outros Parlamentares que, seguramente, têm estado atualizados frente aos debates aqui ocorridos. Então, quero, ao cumprimentar o Brigadeiro Teomar, bem como o Sr. Relator e os demais presentes, ressaltar que talvez faça observações que não guardam elo com as últimas ou até mesmo as primeiras discussões ocorridas no âmbito da CPI. Como eu tenho indagações antigas, eu vou tentar traduzi-las para o atual quadro. Eu, primeiro, queria perguntar ao Brigadeiro se ele faz parte do projeto CCSIVAM desde o início. E, se faz, eu perguntaria em que nível da Força Aérea Brasileira o SIVAM foi discutido. Porque uma coisa é ter sido discutido no âmbito do CCSIVAM ou do próprio SIPAM; outra coisa é, por exemplo, ter sido analisado e avaliado, por exemplo, pelo Alto Comando da Força Aérea. Eu perguntaria ao senhor: o Alto Comando foi consultado? Opinou a respeito do Projeto SIVAM?



O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Deputado, respondendo a sua primeira indagação, eu estou na Comissão de Coordenação do Projeto SIVAM desde janeiro de 1996. Ou seja, as grandes discussões aconteceram em 95, por conta da falência da ESCA etc. Então, quando cheguei na Comissão foi em janeiro de 96, quando nós estávamos ainda, vamos dizer assim, sofrendo todos os problemas motivados pela falência da ESCA em 95 etc. Eu estava em 96 quando a primeira auditoria do Tribunal de Contas da União lá compareceu para, por orientação daquela supercomissão que foi instituída, analisar o processo de seleção da empresa, todo o processo utilizado pela Força Aérea para se debruçar sobre a regularidade do processo. Então, eu estava lá na comissão quando dessa auditoria e pude, de alguma forma, assessorar e auxiliar no levantamento das informações que levaram a auditoria, naquela situação, considerar regulares os procedimentos adotados pela Força Aérea Brasileira na seleção das empresas do projeto. Quanto à questão se o projeto SIVAM foi discutido pelo Alto Comando da Aeronáutica, eu poderia dizer para os senhores... Eu, na época, era coronel. Então, as coisas que acontecem no Alto Comando há um certo distanciamento de um coronel para o Alto Comando. Mas, na medida em que o Ministro da Aeronáutica da época participou intensamente de todas as discussões sobre o projeto, eu poderia dizer, pela participação do Ministro da Aeronáutica, que certamente o Alto Comando estava informado, estava orientado, estava acompanhando o processo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pelo que eu pude depreender, se eu estiver equivocado o senhor me corrija, o senhor faz uma, digamos, uma conclusão. Ou seja, de maneira indireta, o senhor conclui que o Alto Comando tinha conhecimento a partir da participação do Ministro nessa época. Evidentemente, a gente sabe a força e o papel do Ministro, mas me parece que isso não geraria,



digamos, obrigatoriamente, um conhecimento aprofundado, tanto do ponto de vista técnico quanto até da decisão de implantação pelo Alto Comando. Não é verdade? Mas, eu quero fazer outras perguntas, porque quero montar aqui até para que a Comissão, nós possamos repartir aqui convicções, opiniões. O senhor até fez um comentário agora de que quando o SIVAM saiu da mídia ele foi para a realidade, mas é bom lembrar que ele foi para a mídia a partir do momento em que houve a denúncia de que aquela que foi escolhida sem licitação para ser a inteligência do sistema à época, a ESCA, foi denunciada como uma empresa inidônea, coisa que, inclusive, impediu que o Presidente da República, numa viagem aos Estados Unidos, na véspera, ao tomar conhecimento de algumas informações que nós levamos a ele inclusive — à época o Ministro Sardenberg participou da reunião —, ele adiou a assinatura do contrato. Quer dizer, então, creio que o senhor não quis dizer que quando foi para a imprensa foi ruim, porque eu creio que, na linha filosófica que o senhor defende, naquele momento, a sociedade tomou conhecimento de algo que, talvez, muitos da Força Aérea também não soubessem, que eram as atitudes nitidamente ilícitas e ilegais que a ESCA então praticava, notadamente contra uma das coisas mais sagradas que têm para qualquer povo, que é a sua Seguridade Social. Mas, de qualquer maneira, veja, o senhor fez menção também à Supercomissão do SIVAM. A Supercomissão foi uma tentativa de impedir que a CPI ocorresse, até porque o Presidente da Supercomissão, na época o Senador Antonio Carlos Magalhães, começou o seu trabalho dizendo que o SIVAM estava morto. O senhor haverá de se lembrar disso. Ao final, não só o SIVAM estava vivo como o Banco Econômico também continuou vivo, porque — uma coincidência — no mesmo período o Banco Econômico obteve um vultoso empréstimo do PROER. Mas, de qualquer forma, veja, o que creio que é relevante



para gente aqui refletir conjuntamente? Houve uma comissão de Parlamentares brasileiros que fizeram uma vista aos Estados Unidos e, nessa oportunidade, eles visitaram a empresa Raytheon. Eu posso errar no ano, mas eu vou falar que era o ano de 1993. Se não foi em 93, pode ter sido em 92, pode ter sido em 94. O que chama a atenção, e esse foi um dos motivos que mais nos deu convicção para propor a CPI e defendê-la, é que, ao fazer o relatório da visita à Raytheon, esses Parlamentares brasileiros, de vários partidos, assinalaram: Raytheon, a empresa responsável pela implantação do SIVAM. Qual é o detalhe? O decreto, assinado pelo então Presidente Itamar Franco, dispensando de concorrência, aconteceu no mesmo ano, porém no segundo semestre. Que explicação o senhor dá para isso, sendo que ainda não tinha havido a escolha, não tinha havido ainda nenhum decreto? como é que os Parlamentares brasileiros visitaram a Raytheon e assinalaram em seu relatório, isso está documentado... Eu nem sabia que tinha esta audiência hoje. É uma pena, porque eu não estava fazendo parte da CPI, então a responsabilidade aí é da falta de informação. Mas, que explicação o senhor nos daria para esse fato, que me parece, digamos, altamente grave? Porque foi feita uma concorrência internacional, é verdade que não cumprindo a Lei das Licitações, mas a empresa foi anunciada por Parlamentares brasileiros como sendo a responsável pela implantação do SIVAM, sendo que ainda não tinha sequer sido autorizado, por decreto do Presidente, que não houvesse o processo de concorrência.

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Deputado, o que eu poderia dizer ao senhor é que o Tribunal de Contas da União, orientado...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Me permita, Brigadeiro. O Tribunal de Contas é apenas um órgão acessório, ainda que pareça ser maior do



que o Congresso Nacional. A CPI ela tem a obrigação, a função, a competência, se tiver para tanto, de esclarecer os fatos. Então, eu gostaria que o senhor... Eu não quero saber a opinião do Tribunal de Contas, porque eu também li. Eu quero saber a sua opinião a respeito de que Parlamentares brasileiros viajaram e voltaram dizendo que era a Raytheon, sendo que depois teve agente da CIA que disse que a Raytheon havia comprado autoridades brasileiras.

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Deputado, a minha opinião neste instante é irrelevante, primeiro porque eu não tenho todos esses dados que o senhor está colocando. Eu não poderia nem atestá-los, se efetivamente aconteceram.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Mas eu posso provar para o senhor.

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Segundo é que, volto a falar, o Tribunal de Contas da União, que é um instrumento do Congresso na auditoria de tudo que acontece com recursos públicos, debruçou-se sobre todo o processo e declarou regulares todos os procedimentos utilizados no processo de escolha das empresas. E não apenas isso, essa decisão, que é a Decisão 806/96, foi questionada posteriormente pelo Senador Antônio Carlos Valadares, que questionou se o Tribunal de Contas da União tinha competência técnica para declarar regulares esses procedimentos. Mais uma vez o Tribunal de Contas se debruçou sobre o assunto, orientado inclusive pelo Ministério Público, e verificou que fatos novos não teriam ocorrido para que o Tribunal de Contas revisse a sua posição. Então, o que eu posso dizer para o senhor é que todos os instrumentos que a sociedade brasileira tem de auditar... Voltaria até, agregaria até o seguinte, que quando a Supercomissão autorizou que o contrato de financiamento fosse assinado, ele determinou que fosse, o Projeto SIVAM, auditado periodicamente ao longo de toda a sua implantação. Eu



queria dizer para os senhores que, desde a implantação, desde julho de 97, nós já recebemos seis auditorias do Tribunal de Contas da União e três visitas técnicas às nossas obras. Quer dizer, o que eu posso dizer para o senhor, volto a falar, a minha opinião sobre todos esses fatos que o senhor colocou, eu diria que ela é irrelevante. O que eu posso atestar para os senhores são os fatos: que o Tribunal de Contas da União, em nome do Congresso, em nome da sociedade, auditou, verificou, declarou regulares e que não houve nenhuma razão, nenhum motivo para que o projeto fosse interrompido.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Brigadeiro, veja, eu respeito a sua linha, a sua escolha de explanação, mas, o senhor sabe... O senhor considerou que a sua opinião é irrelevante, eu não a consideraria porque o senhor, não só pela estatura hierárquica que tem na Força Aérea Brasileira, mas também pela sua função hoje como Presidente da CCSIVAM. Quanto à opinião do Tribunal de Contas, aí é da minha responsabilidade, para mim, aí sim, que é irrelevante. Veja, o senhor fez menção à importância do trabalho que vem sendo feito pelo SIVAM até onde ele já foi implantado. Muito bem. É claro que o senhor não entrou na discussão de a que custo para o País? O senhor colocou, inclusive, uma vacina para as óbvias observações que surgiriam. Que vacina o senhor colocou? Que o SIVAM não é uma panacéia. Ele é apenas, tirando o “apenas”, um fornecedor de informações para que os vários órgãos tomem decisões. Agora, veja, hoje, a Força Aérea Brasileira, através dos seus mecanismos institucionais, independente da área do SIVAM — vamos esquecer o SIVAM momentaneamente —, tem como identificar aviões que, mesmo aqueles que estão fazendo a vigilância do espaço aéreo brasileiro, podem suspeitar que é um avião clandestino, mas um avião que transporta droga. Agora, é igual olhar de binóculo, olha-se a distância; agora, se não tiver efetivo em terra para



poder flagrar, prender, ou investigar, pelo menos, conferir se aquela dúvida é persistente, esse binóculo de nada serve. E isso ocorre hoje. O senhor sabe melhor do que eu que não conseguimos controlar nossas fronteiras, não porque não se deseje, mas porque falta uma integração das Polícias Militares Estaduais. Quer dizer, então se tivesse que ter uma coordenação — deverá caminhar para isso algum dia —, aí tudo aquilo que se observa com o SIVAM, CINDACTA e outros elementos evidentemente, aí, sim, haveria, digamos assim, uma ação imediata. Pois bem. O senhor fala da importância de integrar, inclusive outros países fronteiriços ou amazônicos. Esse mercado, para falar num linguajar bastante atual, é de cerca de vinte bilhões de dólares. E o Presidente da Raytheon declarou que o SIVAM era um bom começo, porém, para eles. Porque, o SIVAM foi apresentado como um projeto para combater ilícitos, mas também para promover o desenvolvimento sustentável e para fazer a defesa do meio ambiente. O fato é que a Raytheon não tinha nenhuma experiência prévia no que diz respeito ao que é o projeto do SIVAM. Era uma empresa da Guerra Fria fabricante do Exocet. Tanto é que ela contratou universidades americanas para subsidiá-la no projeto SIVAM. Veja, qual é a real vantagem, portanto, de integrar os demais países ao SIVAM quando nosso País, o Brasil, não fornece os equipamentos, gastou um dinheiro razoável, para dizer o mínimo, nesse projeto, e nós fizemos um adensamento de um estudo que foi submetido à sociedade brasileira para o progresso da ciência que, mesmo independente daquilo que é o conceito do SIVAM, pegando o SIVAM tal qual ele foi apresentado e vem sendo desenvolvido, era possível fazê-lo pela metade do preço. Temos esse levantamento de 1995. Então, queria saber do senhor o seguinte: não é uma perda para o País não termos envolvido as universidades brasileiras, não temos envolvido a indústria nacional — que o senhor fez questão de dizer que cerca de



2.200 empresas são geradas, hoje, apenas na construção civil do SIVAM. Imaginem o que não seria gerado de conhecimento, de acúmulo. Diria: caminhando até na linha da soberania, se um projeto desse se pautasse, digamos, em universidades brasileiras, na própria Força Aérea Brasileira e na indústria nacional, o senhor não acha que teria sido melhor para o País fazer um processo na linha de módulos, sem fazer um megaprojeto que vai ficar muito tempo subutilizado? Por que subutilizado? Porque, não tem ação efetiva em terra. Pode até desconfiar que é mercúrio, mas não tem quem vá lá combater. O senhor não acha que teria sido melhor para o nosso País fazer um desenvolvimento modular e fazer a implantação de maneira que, ao término, tivéssemos algo, digamos, que correspondesse aos objetivos inicialmente estabelecidos?

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Deputado, se o senhor me permite, antes de responder, eu vou tecer algumas considerações. O senhor fez algumas afirmações de que... A Força Aérea Brasileira, hoje, não tem capacidade de detectar aviões ilícitos em todo território brasileiro. Ela só tem capacidade de fazê-lo nas Regiões Sul, Sudeste, basicamente, no Nordeste. Na região amazônica, com apenas cinco radares mais os dois que instalamos, Manicoré e Jacareacanga, há um grande espaço vazio onde dezenas e dezenas de tráfegos desconhecidos trafegam diuturnamente sem que saibamos o que está acontecendo. Isso no dia de hoje. Então, a Força Aérea, infelizmente, não tem essa capacidade que o senhor colocou. E segundo dados...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Mas, permita-me, o senhor precisa entender qual o objetivo. Eu disse: vamos esquecer momentaneamente o SIVAM. E é exatamente nas Regiões Sul e Sudeste, porque, talvez seja até mais importante do ponto de vista de dimensão do tráfego do que a região amazônica, o



senhor sabe disso — opinião de oficiais da Força Aérea brasileira. O que estou dizendo é exatamente isto: mesmo quando se desconfia, não há como fazer o combate. Por isso que eu falei: então, vê-se de binóculo impotentemente, por mais caro que seja o binóculo.

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Um segundo dado que eu queria corrigir, se o senhor me permite, embora na filosofia, o que o senhor queria mostrar é que a Raytheon é um grande fabricante de armamento. Mas, o míssil Exocet não é fabricado pela Raytheon — só uma pequena correção. E o terceiro, respondendo objetivamente ao senhor: por que não utilizar a competência brasileira que o senhor diz que nós temos para desenvolver esse projeto por módulos?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não grandes equipamentos...

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Sim, senhor. Eu diria que o radar meteorológico que infelizmente estamos adquirindo hoje no exterior deveria ter sido adquirido da empresa TECTELCOM Aeroespacial. Originariamente, esse radar era americano e que nós, para privilegiar a indústria nacional, tiramos do escopo do contrato esse radar, para adquirir esses radares na TECTELCOM Aeroespacial. Um radar que tinha sido desenvolvido aqui pelos nossos técnicos e que teve origem há cerca de trinta anos no Instituto de Eletrônica do Centro Técnico Aeroespacial, com o então Tenente Ferola. Só estou colocando esses dados para o senhor ver o tempo que estamos levando. Então, levamos trinta anos para desenvolver um sistema, um radar meteorológico, que, ao final de trinta anos, uma empresa nacional adquiriu a competência de produzi-lo e montá-lo no País e que, por conta disso, nós tiramos do escopo do contrato esse equipamento americano para contratar a empresa nacional. O senhor sabe do estado financeiro da empresa TECTELCOM. Ela acabou não tendo condições de entregar equipamentos outros para outros contratos da Força



Aérea Brasileira, e fomos obrigados a rescindir o contrato com a TECTELCOM Aeroespacial e voltar ao fornecedor original americano, porque, infelizmente, a nossa empresa não teve capacidade de fornecer. Um segundo dado: eu tive a oportunidade, na minha carreira, de trabalhar no projeto AMX. E no projeto AMX tivemos, paralelamente ao projeto de desenvolvimento da aeronave, propriamente dito, um chamado Programa Industrial Complementar — PIC, onde o Ministério da Aeronáutica investiu milhões de dólares na capacitação de diversas indústrias nacionais, com o objetivo de dar a essas indústrias competência para que elas pudessem suportar o emprego da aeronave AMX depois de fabricadas. O Ministério da Aeronáutica, na época, deu treinamento para esse pessoal, adquiriu equipamentos para as empresas, modernizou as empresas, assegurou a essas empresas um plano de carga, porque o avião hoje está voando com cerca de cinquenta e seis aeronaves. E hoje não temos nenhuma... Para não dizer nenhuma, temos uma das empresas onde foi investido o dinheiro, apenas uma que permaneceu dando suporte desejado à Força Aérea. Todas as demais abandonaram o programa por livre e espontânea vontade, porque eram empresas privadas. Elas faziam aquilo que entendiam ser necessário e nos deixaram completamente na mão, com esse investimento todo perdido. Então, estou colocando esse panorama para o senhor ver o que é a realidade e a teoria. Para implementar o projeto SIVAM no tempo necessário, realmente, não tínhamos como aguardar a competência brasileira na produção desses equipamentos, infelizmente. Outro exemplo de desenvolvimento: o míssil piranha, que hoje está entrando em operação na Força Aérea — eu era tenente há trinta anos e ouvia dizer que o míssil era um míssil que iria guarnecer meu avião dois anos depois. E depois de trinta anos, esse míssil entrou em operação nas nossas aeronaves, deixando-nos durante



trinta anos sem a mínima capacidade de autodefesa ou de interceptar um avião eficientemente a longa distância. No projeto SIVAM, como estava falando para o senhor, para implementar este projeto no tempo exigido, para coibir os ilícitos que estavam acontecendo naquela região, não era possível esperarmos a competência nacional. Apesar disso, a EMBRAER adquiriu sua competência. Essa aeronave de vigilância aérea pouquíssimos países no mundo têm esta competência. O senhor tem hoje os Estados Unidos da América do Norte e a Rússia, antiga União Soviética. Nenhum país mais teve a capacidade de integrar um radar deste a bordo, e fazer o que a EMBRAER está fazendo. E, por conta disso, a EMBRAER já exportou esse avião para a Grécia, que é um país da OTAN, o senhor sabe disso, exportou para o México e tem dezenas de outros interessados nesse produto feito por conta do projeto SIVAM. Além disso, na área...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Perdoe-me, Brigadeiro, só para ver se eu estou compreendendo bem. O senhor fez referência ao PIC e relatou empresas que foram financiadas, às quais foram dadas garantias e competências e, elas abandonaram sob um aspecto negativo. Mas, a EMBRAER surgiu aí também. A EMBRAER, digamos, é a jóia da coroa desse projeto. E o senhor está dizendo que a EMBRAER, hoje, fabrica aviões, o que sabemos, em que pese ter sido privatizada na minha opinião. Mas, não foi por causa do projeto SIVAM. A EMBRAER deve o seu desenvolvimento científico, tecnológico etc. — o senhor acabou de dizer — a um projeto que a Força Aérea brasileira propôs e executou. Perdoe-me, o senhor está dizendo que é por causa do SIVAM que hoje ela tem a tecnologia de determinados aviões?

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Não, senhor. O que estou falando...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Perdoem-me, vou ter que interferir, porque, regimentalmente, pedirei ao Deputado Arlindo que permita que o Brigadeiro conclua. E, como o companheiro tem direito à tréplica, eu lhe passarei a palavra. Tem a palavra, Sr. Brigadeiro.

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – O que estou dizendo é que a EMBRAER, por conta do projeto SIVAM, adquiriu a competência de produzir uma aeronave de vigilância aérea, e apenas dois países no mundo têm essa competência. Foi isso o que eu falei. Eu não falei que a empresa é o que é pelo projeto SIVAM. Não. A competência de produzir uma aeronave de vigilância aérea e uma aeronave a radar a EMBRAER tem por conta do projeto SIVAM. Da mesma forma, nós buscamos privilegiar que desenvolvimento de **softwares** fosse feito apenas por equipes brasileiras para que tivéssemos a capacidade de, futuramente, podermos modificar o **software** a nosso bel-prazer, mantê-lo, fazer a sua integração tanto no que diz respeito a empregados de empresa privada, quanto a militares das Forças Armadas. Tivemos uma equipe de oficiais da Força Aérea, da Marinha e do Exército brasileiro, que por quatro anos permaneceram nos Estados Unidos participando do desenvolvimento do **software** considerado estratégico, do **software** de planejamento e controle de operações, do **software** de vigilância territorial, paralelamente ou juntamente com a equipe da empresa Atech, exatamente para que nós não dependêssemos da empresa americana para fazer a manutenção, a modificação e a integração desse **software**. Então, o que gostaria de dizer é que infelizmente — e nisso eu concordo com o senhor — nós não podemos utilizar a inteligência brasileira em toda a sua plenitude em função do tempo que exigia uma solução adequada. Quer dizer, quando nós vemos dezenas e dezenas de aviões voando pela Amazônia sem que nós saibamos o que eles querem, para onde eles



vão, o que eles estão fazendo, a solução tem que ser hoje, a solução é urgente. Eu não posso esperar 20 anos para aguardar uma empresa desenvolver um radar. Então, é isso que eu gostaria de colocar para o senhor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, então eu vou para... Eu sei que já fui, digamos, generosamente contemplado pela Presidência, mas queria observar, Brigadeiro — veja, primeiro —, que é evidente que precisa de uma ação imediata. Agora, para fazer rastreamento por radar não é necessário o Projeto SIVAM, até porque o resto do País, onde já existe um certo controle ou um maior controle aéreo, não existe o SIVAM. E mesmo havendo o SIVAM — já está implantado em grande parte — isso não resolve o problema real, porque, vou repetir, observa-se impotentemente enquanto não houver dispositivos efetivos ou da Polícia Federal ou da Polícia Militar ou até das próprias Forças Armadas em terra. Quer dizer, observa-se impotentemente, é isso que... E aí qual é a conclusão disso? É que esta emergência que o senhor caracterizou — “Olha, não dá para ficar assistindo passivamente, e pior, esperando que a tecnologia brasileira se desenvolva” — concordaria com o senhor se houvesse efetivos para reprimir a partir de já, coisa que lamentavelmente não existe. Mas quero encerrar, Sr. Presidente, fazendo uma última pergunta dentre várias, mas o tempo é limitado para todos nós. Veja, Brigadeiro, o SIVAM se apóia no trabalho de instituições preexistentes, tipo INPE, instituições que existem no Norte brasileiro, no Pará. E o que está acontecendo com essas instituições? Antes, elas eram produtoras e divulgadoras de conhecimento. Com o projeto SIVAM, elas passaram a ser pré-requisitos do sistema. Então, pega aquilo que essas instituições produzem, o SIVAM coloca em um banco de dados e a partir daí elas deixam de ser produtoras e passam a ser consumidoras do SIVAM. Pois bem, é um processo que, o senhor sabe, está gerando inclusive uma



apreensão na comunidade científica e em instituições antigas. E para não dizer que tudo no SIVAM é modernidade — até estava olhando aqui de vez em quando, procurando uma funcionária que eu pedi para me trazer aqui algumas informações atualizadas, com alguma boa vontade vou conseguir formular corretamente —, hoje, na resolução de imagem, o INPE está 20 a 25 anos, em alguns casos, adiantado frente ao SIVAM, porque é a resolução no estado da arte e o SIVAM se utiliza de tecnologia 20 ou 25 anos atrasada. O senhor não acha que seria necessário, até porque o senhor de maneira muito correta colocou duas ou três... Colocou três — mas duas eu quero chamar a atenção — situações do SIVAM. Quer dizer, ainda não se sabe qual é o órgão gestor do SIVAM. Então, provavelmente vão propor mais uma agência. Bom, presumo. Mas, depois de tantos anos, é surpreendente que nessa altura do campeonato o Presidente da República tenha que convocar uma reunião de corpo presente para dizer que não sabe qual é ou que precisa definir qual é o órgão gestor do SIVAM. É esquisito. E o senhor ainda falou de indefinições quanto ao Centro de Coordenação Geral do SIVAM, o que também chama a atenção depois de 10, 11, 12 anos de... Pelo menos, o conceito vem sendo trabalhado ao projeto. Agora, o senhor não acha que, diante daquilo que o Brasil já produzia, que a comunidade científica já produzia em vários Estados brasileiros, também no Norte brasileiro, não mereceriam os atuais, o senhor e outros responsáveis pelo SIVAM, que se fizesse uma discussão com esses organismos para que, uma vez que já está sendo implantado, o que tinha que ser gasto já se gastou, acertos e erros já foram cometidos e etc., para que doravante se tire o melhor aproveitamento possível desse projeto? Eu estou fazendo a pergunta, porque depois eu quero até, numa outra sessão, fazer algumas propostas aqui para a Comissão, para a CPI. Mas eu quero trazer elementos, documentos escritos, mas



eu estou me antecipando, com a presença aqui do Brigadeiro, para saber a sua opinião, se faz parte das reflexões dos senhores ouvir algumas entidades para que elas possam relatar aquilo que é a percepção delas frente ao SIVAM. Exemplo: a AMAZONTEC está detendo um conhecimento e amanhã ela pode se sentir tentada a vender informações para sobreviver, por exemplo, da biodiversidade amazônica, porque ela vai ser totalmente privatizada, esse é o caminho — entre aspas — “natural”, tal como está sendo. Isso preocupa, porque — aproveito para fazer outra pergunta — ou está tramitando um novo contrato grande, digamos, entre a AMAZONTEC, o SIVAM e a Raytheon, ou a AMAZONTEC vai ter que se virar sozinha e vai querer vender informação, teoricamente — eu estou falando de forma... não quero ser leviano —, mas ela, para sobreviver, vai ter que vender informação no mercado. Como é que vocês elaboram isso? Então, combinando esta e a pergunta anterior: como é que vocês estão pensando doravante?

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Deputado, Sr. Presidente, eu queria fazer uma breve interferência. Eu fui já chamado aqui, que eu estou relatando no plenário, daqui a pouco, uma medida provisória, eu queria pedir permissão...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Que azar o seu, Deputado. É a 14?

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – É a 9... para fazer três perguntinhas rapidinhas e eu nem vou aguardar as respostas, depois eu pego as notas taquigráficas, Brigadeiro, para ler essas respostas, dado o compromisso imediato que eu tenho. Eu queria, com sua permissão, fazer as perguntas e me retiro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Com prazer.



O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sr. Brigadeiro Quírico, quero agradecer a V.Exa. pela presença na nossa Comissão e os esclarecimentos técnicos e didáticos apresentados para nós todos. O objetivo principal desta Comissão, no requerimento assinado pelo Deputado Arlindo Chinaglia, foi para determinar, como fato determinado, se a escuta telefônica entre o Embaixador Júlio César e o empresário José Afonso de Assunção foi entendida como uma facilitação, como um ato de improbidade administrativa por parte do Embaixador no sentido de conduzir e facilitar a licitação com a empresa Raytheon, ignorada naquela ocasião, porque a empresa Thompson já vinha liberando equipamentos tradicionalmente para o CINDACTA. Então, isto é o que nós estamos procurando: basicamente o eixo da nossa Comissão é analisar se essa escuta telefônica, executada pela Polícia Federal, foi objeto de realmente tráfico de influência do Governo para facilitar a empresa Raytheon. Essa é uma pergunta. A segunda pergunta é a seguinte: se o contrato original, ele oscila, alguns falam que é 1 bilhão e 200 milhões, outros, 1 bilhão e 300 milhões de dólares; eu pergunto ao senhor quanto, por fora desse contrato, o Governo brasileiro, com o Orçamento da União, já investiu no SIVAM. Queria saber o valor do recurso próprio fora do contrato de endividamento. Em terceiro lugar, parece que o Governo, o Poder Executivo esqueceu o SIVAM. No decorrer do tempo, tudo foi acontecendo, o material foi chegando, foram chegando os contêineres, eles foram sendo armazenados, colocados nos seus devidos pontos, mas o Governo parece que não está dando o devido valor correspondente à dimensão do contrato. Porque, de fato, eu mesmo já tenho procurado a Casa Civil várias vezes, com o Deputado Francisco Rodrigues, no sentido de que o Governo tome uma posição clara com a questão do órgão gestor. Então, está-me dando a impressão de que o Governo está descuidando do SIVAM, e, como bem



inteligentemente formula o Arlindo, deixando como está, o SIVAM não vai, correspondentemente, dar os resultados apresentados por V.Exa. porque não tem o órgão gestor, não tem fontes de administração, não tem recurso previsto no Orçamento, não tem pessoal treinado, não tem uma série de fatores para que possa, de fato, operacionalizar todo esse conjunto tecnológico disponibilizado. Então, essas perguntas que eu faço a V.Exa. eu vou ler depois as respostas nas notas taquigráficas para poder formular o meu relatório, que dentro de trinta dias estaremos votando. Peço licença a todos para poder me ausentar, Sr. Presidente, por causa do compromisso de plenário agora. Depois eu leio as notas taquigráficas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Obrigado, Deputado Confúcio Moura, que já tinha, antecipadamente, informado a esta Presidência que teria um compromisso no plenário. Eu devolvo a palavra ao Sr. Brigadeiro Teomar para que faça as respostas.

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Queria manifestar de imediato que não é verdade que a tecnologia utilizada pelo SIVAM é de 25 anos atrás. Nós estamos trabalhando onde é possível no estado da arte e, onde os equipamentos são de alguns anos atrás, eu diria de cinco anos atrás, é porque, se nós implementássemos algum tipo de modificação nesses equipamentos, nos custaria muito caro, mas o sistema está trabalhando com tecnologia no estado da arte. A segunda questão que eu colocaria é que a estratégia de ouvir as instituições, a estratégia de ouvir os órgãos parceiros, de discutir o projeto, eu diria que, sim, faz parte da estratégia nossa, faz parte da nossa preocupação, mas não é de agora, faz parte desde o início do projeto. Apenas para recordar aos senhores, o projeto, bem no seu início, quando da sua concepção, das primeiras idéias, das primeiras linhas,



foi aos órgãos parceiros, dirigiu aos órgãos parceiros um questionário, onde, com esse questionário, perguntava a essa instituição que tipo de informação essa instituição necessitava, que tipo de carência essa instituição tinha, o que ela precisava para melhor atuar na sua missão. Ou seja, fez-se um questionário onde buscaram-se essas informações, que vieram a orientar a concepção e a configuração do projeto. A partir destas respostas, então, nós configuramos os sistemas, identificamos os equipamentos que eram necessários de serem adquiridos e de serem instalados e, a partir de então, começamos a trabalhar conjuntamente com essas instituições na discussão e no afinamento desta concepção. Fizemos diversos **workshops**, diversas reuniões de trabalho. Seminários foram feitos aqui em Brasília, no Rio de Janeiro, em São José dos Campos, com o INPE participando, o INPA participando, Emílio Gueud, Polícia Federal, as Forças Armadas, a FUNAI, o IBAMA. Todas essas instituições, ao longo desses quatro, cinco anos que estamos trabalhando, — estou desde 96 —, então, desde 96, que estas instituições têm sido periodicamente consultadas, participando de reuniões de trabalho, e, a partir das orientações e das críticas destas instituições, redirecionamos algumas coisas. Sim, o projeto de hoje não é o projeto de 94, ele está modificado para atender a esses novos anseios, a essas novas exigências operacionais. E foi modificado até um ponto tal, que começava a ficar exageradamente caro modificá-lo. Então, existe um compromisso entre o ótimo e o bom, entre o perfeito e o bom. Aquilo que é o ideal, que é o ótimo, às vezes é inalcançável no tempo disponível ou com os recursos disponíveis. Então, nós temos, sim, trabalhado com essas instituições, todas elas. O INPE tem participado. A Dra. Telma Krugg tem participado de diversos seminários. Eu diria que elas têm sido ouvidas e elas sabem exatamente qual é a situação do projeto e qual é o ferramental que o projeto vai disponibilizar para essas instituições.



Eu diria, Deputado, que elas estão agradavelmente surpresas, agradavelmente satisfeitas com aquilo que elas têm visto em termos de sistemas que estão sendo implementados e equipamentos que estão sendo instalados. No que diz respeito à estruturação do órgão gestor, eu concordo com os senhores — tentando responder à terceira pergunta do Deputado Confúcio Moura —, eu concordo com os senhores que a estruturação do órgão gestor é preocupante, é alguma coisa que carece de atenção. Mas eu diria que o meu trabalho é o trabalho mais simples, porque o meu trabalho é simplesmente instalar equipamentos. Eu coloco equipamentos. O equipamento não reclama, o equipamento não chia, o equipamento não tem mau humor, não tem nada. Eu vou lá, boto o equipamento, e ponto. Na estruturação do SIPAM já entra modificação de comportamentos, modificação de procedimentos, gerenciamento de informações, gerenciamento de banco de dados de diversas instituições, que é um problema mais complexo, é um problema que realmente carece de uma discussão mais ampla, mais profunda, de tal forma que as instituições não se vejam, no final, num beco sem saída. Então, eu diria que esta preocupação, que foi objeto de reunião da semana passada do Presidente, não significa que somente semana passada o Executivo acordou para o problema. Não! Ao longo de todos esses anos as questões têm sido discutidas, as questões têm sido formuladas. Existe um conselho do SIPAM, o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, cujo Presidente está na Casa Civil e cujos participantes são os principais órgãos parceiros do projeto, que tem discutido como o projeto vai ser gerenciado, como ele vai ser estruturado, como as organizações parceiras vão se agregar a ele. Eu diria agora que apenas o que aconteceu foi o Presidente da República efetivamente determinar, em função do tempo disponível para que isso seja efetivado, que essas ações ocorram com maior urgência. Então, na



estruturação do SIPAM e de todas as outras questões correlatas, não é uma desatenção do Executivo em relação a isso; pelo contrário, é sim uma questão que é mais profunda do que simplesmente implantar o SIVAM e que tem de partir de uma discussão mais profunda para que os órgãos todos se agreguem de forma espontânea, de forma positiva, pró-ativa, com o espírito de colaborarem entre si e, com isso, buscarem uma ação mais efetiva e mais sinérgica lá na região. Na segunda pergunta do Deputado Confúcio Moura, efetivamente o financiamento do projeto SIVAM é 1 bilhão, 395 milhões de dólares. É esse o financiamento que foi aprovado, e é dentro desse financiamento que todas as obras, todos os sistemas, todos os trabalhos têm sido desenvolvidos. Em função de modificações que foram feitas no projeto para atualizá-lo às novas exigências operacionais, modificações tiveram que ser feitas que agregaram custos adicionais. Então, além desse 1 bilhão, 395 milhões de dólares, que são totalmente financiados por instituições estrangeiras, o Governo, sim, já aportou recursos suplementares para fazer face a essas modificações, para atender a essas exigências operacionais. O valor exato, Sr. Deputado, eu não lhe poderia dizer, mas eu diria, num número assim grosseiro, é alguma coisa em torno de 200 milhões de reais. Alguma coisa em torno disso é o que o Governo, o Executivo, já aportou adicionalmente ao projeto para fazer face a essas modificações, para suportar as obras civis que o financiamento não cobria totalmente e que devem gerar alguma coisa em torno desse valor. E a primeira pergunta do Deputado Confúcio Moura: se eventualmente o tráfico de influência eventualmente detectado por essa escuta telefônica, se isso teria, de alguma forma, influenciado o resultado final da licitação ou da escolha. Eu posso dizer absolutamente que não, que não afetou de forma alguma, se é que hoje este fato... Volto a falar: cheguei à Comissão em janeiro de 96, o processo já tinha sido



realizado, porém eu participei no fornecimento de informações, auditoria do Tribunal de Contas da União, para atestar a regularidade ou não desse processo. E todas as informações, todos os documentos, todos os fatos que eu levantei, que eu participei e que eu forneci juntamente com os meus companheiros da Comissão ao Tribunal de Contas da União, posso atestar que, de forma alguma, o resultado final da licitação foi influenciado por razões externas. As empresas que venceram a licitação venceram porque tinham a melhor solução técnica, tinham o menor preço e tinham a melhor condição de financiamento. Essas foram as três razões que levaram à escolha da empresa fornecedora dos equipamentos. E isso daí eu posso atestar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, até para esclarecimento, ele fez uma frase forte dizendo que é mentira que o SIVAM tenha tecnologia atrasada. Primeiro, que ninguém disse que toda a tecnologia... Agora, eu até estou procurando aqui, isto está inclusive disponível em **site**, só que eu não tenho o endereço, mas vou passar para o senhor. Mas o mapa de desflorestamento implementado pelo SIVAM usa ou não técnicas de processamento e imagem da década de 70?

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO - Deputado, como eu falei, primeiro, eu não sou técnico para lhe responder objetivamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – O.k., então...

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – O que eu posso lhe dizer é o seguinte: nós usamos a mesma técnica que é utilizada pelas nossas instituições.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Veja, porque isso daqui é informação de um cientista que está no **site**, e ele está dizendo que é em contraste com a solução no estado da arte desenvolvida e validada pelo INPE. Foi desenvolvida e validada pelo INPE. E aqui eu tenho também um relatório — o



senhor falou que não sabia; ouviu, Presidente, até para que o resto da Comissão tenha conhecimento —, o “Relatório Resumo de Viagens aos Estados Unidos a Convite do Governo Americano. Estiveram lá os Deputados B. Sá, Beto Mansur, Irma Passoni, José Abrão, Maluly Netto entre outros”. Estou lendo aqui. Aqui eu vou ler a visita a Raytheon. “(...) 17/06, Washington-DC, das 11h30min às 14h: visita à empresa Raytheon, especializada na produção de equipamentos eletrônicos militares desenvolvidos com o Pentágono, aviões e encarregada da implantação do Programa SIPAM, Sistema de Proteção da Amazônia, lançado na Eco-92.” E, lá pelas tantas, fala: “Dentro do projeto foi desenvolvido o SIVAM”. Então, está aqui o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Muito obrigado, Deputado Arlindo Chinaglia, eu só, em respeito aos fatos, estive atento ao pronunciamento em resposta do Brigadeiro, e o termo mentira não foi mencionado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – É só pegar a fita, Presidente. Eu pediria à assessoria que colocasse a fita. Ele falou: não é verdade, ou é mentira que não usa técnica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Não. Não é verdade, sim. Mas a questão é porque o termo mentira me pareceu assim muito forte.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Mas é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – E eu teria notado isso. De qualquer maneira, eu concordo que a intenção não foi bem assim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não, mas ele disse que não é técnico. Vamos deixar claro. Veja: eu estou dizendo que, no que diz respeito ao desflorestamento, existe um artigo de um cientista disponível no **site** onde ele afirma



que a tecnologia usada pelo SIVAM é da década de 70 e que é em contraste com a utilizada pelo INPE. É isso que eu quis saber do Brigadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – A Presidência recebe as informações. Se for da conveniência do Deputado, retorna a palavra após a inquirição, as perguntas que serão feitas pelo Deputado Antonio Feijão, do PMDB do Amapá.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Brigadeiro. Depois dessa excelente defesa que o Deputado Arlindo Chinaglia fez do SIVAM, eu me sinto aqui pouco justificado. Mas eu gostaria de dizer para ele que se ele lesse a lista toda dos Deputados talvez encontrasse um com o nome Nostradamus, que ele tinha uma capacidade de ter “mudividência” nesta relação de Deputados que foram visitar a empresa americana. Eu sou geólogo, Deputado Arlindo Chinaglia, e sou um entusiasta do geoprocessamento, do sensoriamento remoto e utilizo essas tecnologias. Quando Landsat foi lançado, ele usou uma tecnologia chamada **multispectral scanner** — MSS. Essa tecnologia faz levantamento, através de imagens, através de várias frequências em que você pode combiná-las ou usá-las isoladamente, e, através do contraste de cores, você começa a fazer todos os estudos, se é para solo, se é para cobertura vegetal, desflorestamento, determinados tipos de rios sofrem suas mudanças químicas. E, através de contrastes mais refinados, você consegue saber se aqueles rios estão sendo trabalhados em suas cabeceiras por garimpos, por exemplo. E o avião, ele usa um sensor desse aí. E me lembrou do primeiro **laptop** que eu tive, da Toshiba, e o último agora, o satélite com 1.7 de **gigahertz**. Então, é a mesma tecnologia. O Toshiba 1.000, que foi o primeiro **laptop** que a Toshiba lançou, e o Toshiba Satélite



com 1.7 **gigahertz**. Então, tecnologia, ela é uma evolução de um processo em que as empresas vão aprimorando os seus serviços, através de refinamento do aparato do **hardware**. O que é importante geopolítico no processo SIVAM é que ele tem um sistema básico que foi concebido há 12 anos atrás.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Por quem, Deputado?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – O sistema...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Por quem foi concebido?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Olha.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – V.Exa. me citou, e eu peço permissão da Presidência porque,...

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Veja bem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... de forma irônica talvez, disse que eu fiz a defesa. Eu não fiz, mas já que me deu a oportunidade: foi concebido por quem?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – O sistema, ele tem.... Ele é multifacetado tecnologicamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não, não é isso. Foi concebido por que instituição, para te facilitar?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Foi pela Força Aérea Brasileira? Foi pela Raytheon, pela ESCA, pela Táxi ou por um conjunto?.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Eu termino. Se você quiser fazer um aparte, depois você faz. Porque se levou seis...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Mas é que estava explicando... Para mim, me pareceu que você fez referência...



O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Não, eu nem concluí.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – ... como é que é o processo do **laptop** e o aprimoramento tecnológico.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Eu nem concluí. Não, o que gostaria de dizer, se você me permitir, é que você se baseou, todo o seu parecer, num cientista....

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – ... que está falando que o INPE usa tecnologia de 25 anos atrás.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu não dei parecer. Veja, Deputado Feijão...

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Permita eu falar?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – É que eu fui citado. O que estou é querendo entender V.Exa. Explique-me com esse seu profundo conhecimento, especialista em geoprocessamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Deputado Arlindo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – ... quem é que elaborou o projeto. Eu quero aqui humildemente aprender.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Eu gostaria de ter o direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Eu queria garantir a palavra ao Deputado Feijão e aceitarei depois, com certeza, as posições que V.Exa. quiser colocar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Qualquer cidadão que quiser fazer um levantamento fitológico de desflorestamento da Amazônia, qualquer gênio de



tecnologia tem que ir lá no INPE pegar as imagens mais antigas e fazer um estudo de evolução. Depois, o Amapá, com toda a tecnologia do mundo no Sistema Landsat NOAA e outro satélite, você não consegue fazer um inventário florestal do Amapá, por causa das coberturas de nuvens. Então, esse negócio do fulano de tal falou que a tecnologia é uma tecnologia de 20, 30 anos atrás, ele está chutando. O sistema **multispectral scanner**, utilizado com um avião, com uma mobilidade desta, por exemplo, nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro, vai nos dar uma resolução tão perfeita que nós seremos capazes de separar um ipê de uma castanheira. Então, esse tipo de colocação, que pega a excepcionalidade de um gênio, que está aí fortuitamente dando uma opinião sobre um projeto desses, que não foi na Amazônia ver o que significa o SIVAM... Não é o MSS. O SIVAM significa, pela primeira vez, o Brasil ter uma instituição aberta de gerenciamento de informações, permeável a toda a sociedade, que teve os problemas políticos que nós denunciemos. Participamos da comissão em 960 e tudo o mais. Mas, pela primeira vez, nós vamos ter um sistema em que nós vamos colher informações meteorológicas, informações de geoprocessamento, informações climáticas, informações ambientais, biológicas. Pela primeira vez, toda a sociedade vai poder socializar uma gama de informações que antes ficava para o INPE e para as empresas que prestavam consultoria na Amazônia. O segundo ponto que é importante, eu não estou tirando a questão de como concebeu, o projeto SIVAM não tem uma concepção. Ele cresce e evolui dentro da própria instalação. Eu não estive nas instalações, mas tenho certeza de que vários **softwares** desses sofreram modificações de lá para cá. Por quê? Porque o processo de tecnologia nesta área é tão violento que você tem que preparar um **software** que ele seja uma criança em crescimento. Ele não pode ser estático. Vou dar o exemplo deste avião. Se nós



colocarmos nesse avião um emissor de radar para radiometria, ele faz todo o levantamento radiométrico. Basta desacoplar debaixo dele uma área ali e colocar. Se nós quisermos agora fazer um **input** geofísico nele para espectrometria de geofísica para metais pesados, tira de novo ali e coloca agora um emissor e uma antena nele. Então, tecnologia para fazer aprimoramento de serviço é módulo. Na hora que a gente quiser, a gente compra e coloca. O que é importante no SIVAM é que ele vai coibir uma coisa que na Amazônia nós não tínhamos: saber quem cruza a Amazônia, saber quem desmata a Amazônia, saber quem garimpa a Amazônia, saber quem ocupa economicamente o seu espaço fundiário. E, com isso, com essa tecnologia, ele nos atende em 100%. Com relação a nós sabermos se o tucano vai subir ali de Roraima e vai abater um avião que está cruzando o Tumucumaque em direção à Santarém, isso aí é outra conversa. O que estamos discutindo aqui é a importância desse projeto, a concepção dele, os erros que tiveram. Aliás, esta Comissão, ela tem que ser louvada, ela é transmilênar. Ela foi montada num milênio e está sendo apurada noutra milênio. Então, eu acho que as questões que o Arlindo Chinaglia colocou são importantes para que a sociedade fique sempre questionando como foi que nós concebemos um projeto. Agora, para a Amazônia, para nós que estamos lá... Eu me lembro muito bem quando se concebeu, o General Bayma Denys foi para Manaus, 1986, explicar o projeto Calha Norte. Nós levamos cinco anos levando couro da USP e dos ativistas da USP porque estava militarizando as fronteiras. Depois de dezesseis anos, nós estamos hoje — nós, como um conceito e uma consciência coletiva da Nação — arrependidos de que temos só 26 mil homens militares nas fronteiras, em 11 mil e poucos quilômetros de fronteira amazônica com os Países latino-americanos, pan-amazônicos. Daqui a vinte anos, nós vamos ver que este Congresso foi responsável pelo retardamento da implantação de um



projeto, que poderia ser metade do preço, não tem problema. Mas o projeto, ele está sendo feito numa estrutura geográfica com uma dificuldade. Deputado Arlindo Chinaglia, o senhor não sabe o que é implantar um radar lá nos Tiriós. O cimento tem que ir de avião, o tijolo tem que ir de avião, o mestre de obra tem que ir de avião, todas as coisas têm que ir de avião. Então, para concluir, acho que discutir hoje esta tecnologia, discutir hoje os defeitos... É importante para esta Casa pelo menos resgatar as preocupações dos fatos que aconteceram, alguns deles graves, e que teve uma comissão para apurar. Mas ficar se baseando hoje que esse é um projeto sucateado, tecnologicamente atrasado, isso não é verdade. O que nós temos é uma obra de Governo, em 56% do território nacional, e que, para construir aquela estrutura de Manaus e a de Porto Velho, nós já estamos indo para o quarto ano praticamente. A de Belém, nós vamos seguir mais um ano adiante. Se fosse uma obra civil privada, talvez já tivesse resolvido, mas nós optamos, por uma questão de geopolítica, que ficasse sobre a legenda dos militares, em sua grande totalidade, a infra-estrutura, até como mecanismo de proteção. Mas eu vou fazer só uma pergunta, para o Brigadeiro, que me preocupa. Depois do dia 11 de setembro, nós vimos que a maior ameaça que pode acontecer são aviões civis. Evidentemente que o Brasil não tem uma tradição de homens suicidas, homens-bomba e pilotos que queiram se matar em prol de uma causa. Mas uma instalação como essa de Manaus, que é uma instalação, digamos aí, que tem, no mínimo, 200 milhões de dólares de equipamentos e de infra-estrutura, e que ela é toda aflorante, ela não tem nada subterrâneo, não seria importante que essa infra-estrutura tivesse um sistema de baterias aéreas ou um sistema de defesa aérea? Porque ali está o coração de todo o aparato que nós vamos ter na Amazônia, num custo elevadíssimo, e ninguém sabe o dia de amanhã. O avião que caiu em cima do World Trade Center era um



avião americano. Então, essa seria a única questão que eu faria com relação à sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Muito obrigado, Deputado Antonio Feijão. Com a palavra o Brigadeiro, para a sua resposta.

O SR. TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Deputado, a defesa total e perfeita é impossível, e os fatos de 11 de setembro demonstram isso. Na verdade, cada País monta a sua estrutura de defesa, articula a sua defesa, em função das ameaças, em função da conjuntura, em função do cenário que o cerca. A concepção do projeto SIVAM, da mesma forma que a concepção de outros centros, o CINDACTA 1, aqui de Brasília, ele também está sobre a superfície, ele não é subterrâneo, ele também segue basicamente esta concepção. Nós não temos uma ameaça iminente no nosso horizonte, nós não temos inimigos potenciais que tenham este tipo de capacidade ou este tipo de atitude, de voltar-se repentinamente e, num ato suicida, destruir um avião contra uma instalação desse tipo. Então, a articulação de defesa de um País, ela é feita em função deste cenário. Na medida que esse cenário vai mudando, essa estrutura vai mudando, tem que mudar, proporcionalmente. O que eu posso dizer para o senhor, em termos de SIVAM, é que nós temos uma redundância total no sistema, ou seja, se, eventualmente, Manaus — o senhor citou Manaus —, se, eventualmente, Manaus vier a sair do ar, por um ato terrorista ou por algum motivo qualquer, nós poderemos operar o sistema a partir de Belém ou a partir de Porto Velho, ou seja, existe uma redundância que permite que nós, de diversas localidades, possamos operar o sistema com toda plenitude. Segundo, que essas medidas de defesa, algumas delas para uma ameaça conhecida ou para ameaça conhecida, elas foram, de alguma forma, exercitadas. Nós temos, em todo o perímetro do sítio, uma fibra ótica e sensores de contato, em todo o perímetro da



cerca, de tal forma que qualquer contato, qualquer tentativa de ingresso no sítio, porque furou a cerca ou pulou a cerca, esta informação será dada a uma sala de controle de monitoração de todo o perímetro. Além do mais, todo o perímetro, e não apenas o perímetro, mas todo o interior das instalações, e não apenas de Manaus, mas de todos os sítios — o senhor citou o radar de Tiriós. Tiriós terá esta toda infraestrutura, fibra ótica na cerca, câmeras de baixa intensidade para monitorar todo o perímetro da instalação para prevenir eventual invasão, ou seja, processos criptográficos, processos de defesa, de proteção do **software** e da informação que trafega na base de dados do sistema, esses mecanismos de segurança também foram planejados e previstos. Ou seja, para esta ameaça conhecida, nós implementamos os requisitos de segurança. Para essas outras ameaças, como a que o senhor citou, certamente a Força Aérea e, eventualmente, outras Forças Armadas, no caso de um cenário vir a justificar esta colocação de baterias antiaéreas ou de outro tipo de defesa, certamente as Forças Armadas implementariam esse instrumento oportunamente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Só para reforçar, nós sabemos — aqui não há nenhum inocente — que o alvo maior que vai pegar o Sistema de Vigilância da Amazônia, além da exportação ilegal dos recursos naturais que estão em território brasileiro, ela vai trazer um prejuízo muito grande ao narcotráfico. E nós estamos tratando de uma indústria de bilhões e bilhões de dólares. Quando esse prejuízo que eles vão sofrer... Primeiro, vai logo acabar com a velocidade que eles tinham de conduzir o seu equipamento, porque nenhum piloto em sã consciência vai mais meter a cara do Suriname e atravessar para Santarém, que ainda é o vazio que tem, onde tem um fluxo grande. Na hora em que eles sentirem que o que está dando prejuízo a eles é esse sistema, a partir daí, General, o senhor, um homem que



estudou geopolítica, ele não vai só para cima de Manaus, não. Então, ele vai para cima dos três sistemas básicos. Então eu acho que o dinheiro que está investido é tão grande que o sistema de defesa aérea, que vai custar mais 5 ou 6 milhões de dólares, seria importante para as três bases fundamentais: Porto Velho, Manaus e Belém. E isso teria que ter, porque nós já estamos no terceiro milênio, e os americanos amargaram o Pentágono ser destruído por um avião sem uma espoleta dentro.

O SR. BRIGADEIRO TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Só agregar uma informação. Deputado, eu posso até dizer para o senhor que sim, temos que, de alguma forma, prevenir essas situações. No caso da Força Aérea, o senhor sabe, nós temos três esquadrões de ataque localizados na região amazônica, com o Tucano, que é um avião limitado, e a Força Aérea está adquirindo os AT-29, que são um avião desenvolvido pela EMBRAER e que terão esta capacidade de interceptar esses aviões em tempo oportuno para fazer a interceptação e alguma ação ativa para evitar que fatos dessa natureza possam acontecer. Apenas para informar, recursos do SIVAM para esse tipo de atividade que V.Exa. falou, infelizmente, não são possíveis de ser utilizados. A maior parte da agência financiadora não financia atividades militares. Então, todo o Projeto SIVAM foi desenvolvido dentro da ótica de desenvolvimento sustentado, de atividade voltada para coibir atividades ilícitas, porém sem o viés militar, porque a instituição, por definição, não financia atividades militares. No caso, e eu concordo com o senhor em que nós temos que ter preocupações desta natureza, eu concordo com V.Exa., recursos outros teriam que ser agregados, teriam que ser buscados, que não dentro do Projeto SIVAM. É apenas uma informação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Concedo a palavra ao

Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu agradeço, Sr. Presidente, mas eu estava apenas devolvendo a brincadeira e a provocação ao Deputado Feijão. Mas eu queria ainda informá-lo, respeitosamente, sobre o porquê da pergunta: porque quando se fala que o Projeto SIVAM foi desenvolvido não há o que questionar e nem tampouco nós afirmamos que o Projeto SIVAM é desatualizado em todos os seus passos tecnológicos. Ocorre que a ESCA foi escolhida oficialmente em 1993 e passou a compor o CCSIVAM. A Raytheon foi escolhida oficialmente em 1994. Ocorre, ainda, que, em 1992, foi feito um contrato entre a ESCA, a Raytheon e a Líder Táxi Aéreo, datado de 8 de julho de 1992. E qual era o objetivo desse contrato? “A fim de fazer o projeto — SIVAM — técnica e financeiramente viável ao Governo do Brasil — que é tratado o tempo todo como o cliente — e obter o contrato do projeto do cliente”. Ou seja, este projeto SIVAM foi elaborado pela Raytheon e pela ESCA, com uma participação, não sei em que nível, da Líder Táxi Aéreo. Então, na minha opinião, não é verdade que foi elaborado pela Força Aérea Brasileira, não é verdade que ele é um projeto originário das Forças Armadas Brasileiras, não é verdade que é um projeto brasileiro. Foi um projeto comercial, desenvolvido para vender. O mesmo cientista a quem V.Exa., por não conhecê-lo, até fez uma referência, quem sabe, inusual, dadas as suas características, fala dos políticos da Amazônia: “Iludidos pelas promessas do SIVAM e com toda a boa intenção de que a Amazônia precisa, grande quantidade de políticos da região tem manifestado o seu apoio ao projeto, certos de que trará grande progresso para a região”. Ele desenvolve — depois eu posso passar às suas mãos — um dos problemas que se vai ter com a questão do SIVAM. O RADAM, pegando a sua área...



O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Tem nome esse cientista?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Tem, tem. Veja, depois eu vou dar a V.Exa. aquilo que, quem sabe, pode nos subsidiar. Então, veja, pegando a sua área: o levantamento que foi feito, o melhor e maior levantamento que foi feito nas áreas de geologia, vegetação, solo e geografia, quem trabalhou anos na geração de mapas foi o RADAM. Bom, o Brigadeiro falou que todas, ou, enfim, várias instituições foram consultadas. Os técnicos do RADAM, que não tiveram para quem passar todo esse conhecimento e se o SIVAM não tiver para quem passar esse conhecimento ele se esboroa apenas com equipamentos bem ou mal-humorados, porque não vai ter inteligência nacional para recepcionar. Exemplo: os técnicos que trabalharam no RADAM hoje trabalham no IBGE — se é que não aposentaram todos —, com salários aviltantes. Então, eu queria até sugerir à Presidência uma proposta para que nos pegássemos a resposta desses questionários a que o Brigadeiro fez referência para saber o que é que cada instituição, no início do projeto, opinou, até para que a gente possa conformar melhor as nossas opiniões. Mas o que eu estou dizendo aqui está documentado, ouviu, Brigadeiro? Quando eu afirmo que o projeto foi elaborado pela ESCA, pela Raytheon, com a participação da Líder Táxi Aéreo, é porque tem um contrato entre eles com esse objetivo. O senhor pode até não saber, mas isso... Eu não sei se o senhor já ouviu falar. Talvez nunca tenha ouvido falar. Mas o fato é que isso... Nós não podemos, portanto, para que continue, doravante, da maneira melhor que for possível, negar algo que pode comprometer a nossa imagem, a nossa soberania. Então, eu sei que não tenho mais direito a perguntas, mas isso foi apenas para explicar ao Deputado Feijão por que eu perguntei para ele quem é que elaborou o projeto. Eu tenho provas do que estou falando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, esta Presidência solicitaria de V.Exa., pela relevância que tem a informação, que nos fornecesse uma cópia desse contrato feito entre Raytheon e que teve a participação da Líder...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu tenho uma proposta para V.Exa. Eu até perguntei... Perdoe-me, Presidente, até para trocarmos idéias. Eu queria, depois, num outro momento, talvez debater a melhor maneira de encaminhar. Mas eu, à época, era Secretário de Implementação de Subprefeituras de São Paulo e fui convidado para vir aqui prestar um depoimento. E, na estrutura — e aqui não é responsabilidade nem do Presidente nem nossa —, mas a estrutura... Fica difícil, dado ser a primeira vez que eu estou participando da CPI, dialogar no nível que eu gostaria. Eu estou aqui refletindo, mas eu possa passar cópia disso, como posso passar outras coisas. Mas a sugestão que eu queria, depois, fazer é para que tenhamos a oportunidade de apresentar uma seqüência de eventos com os quais talvez esta CPI não tenha tido condições de tomar contato. Não só este contrato, como outros. Mas eu sei que V.Exa., agora... Até porque hoje não é dia de deliberação, eu quero, num outro momento... Mas ouvirei V.Exa. com prazer, para ver que encaminhamento, além deste contrato que eu faço questão de passar depois as mãos de V.Exa., que outras informações poderão ser úteis, até para que a CPI, eventualmente, possa, caso queira, ir atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Para ordenar os trabalhos. Concedo a palavra agora ao Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Só para contribuir com esse anônimo cientista, se alguém de São Paulo perguntasse para mim se o Terminal 2 do Aeroporto de Cumbica era um equipamento de desenvolvimento para a Região



Sudeste, eu diria que é uma equipamento de desenvolvimento fabuloso. Primeiro, porque enterrou ali quase 2 bilhões de dólares. Segundo, porque diluiu em mão-de-obra algumas centenas de milhões de dólares. Terceiro, porque facilitou o fluxo e refluxo aéreo na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo. Um instrumento de tecnologia de ponta de serviço... Porque o Projeto SIVAM concebe algo fabuloso, que é o serviço. Pela primeira vez, o que o INPE tem nos seus computadores eu posso ter num **laptop** dentro da minha casa. Posso ter o que ele me vende — cada imagem caríssima, na faixa de 1.200 a 1.500 reais, dependendo da resolução ou se é em papel ou em CD-ROM —; posso ter gratuitamente num terminal dentro da escola, dentro da universidade, dentro do Instituto de Pesquisa do Estado do Amapá. Então, imagem o que é investir numa região em que o último grande investimento na Amazônia, o último grande investimento foi a Zona Franca de Manaus, 1 bilhão e 380 milhões de dólares. Nós vamos ter serviços científicos, socializados. Isto é um grande equipamento de desenvolvimento. Nós não vamos mais precisar ficar na mão do Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – E do INPA?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – ... do INPA, do 12º andar do INCRA, dos sucateados Centros de Monitoramento e Geoprocessamento da SUDAM, lá da terra do Deputado Zenaldo Coutinho, que fecharam, do inacessível Centro do INPA, que só produz teses que só vão ser entendidas daqui a dois ou três milênios. Por que é que o peixe que sai do Rio Negro fica cego quando vai morar no Rio Amazonas? Eu vi uma tese de doutorado dessa. Quando é que vai servir à gente? Não. Esses são serviços imediatos. Boletins meteorológicos, levantamentos fitológicos. Passou uma imagem recente de verão do cerrado do Amapá. Dá um **download** dela e entrega lá para os fazendeiros. Eu digo: “Olha aconteceu esta



queimada aqui. Vamos ver quem foi que provocou esta queimada.” Vou dar um exemplo de lucro para a Amazônia. Recentemente foi notícia nacional uma jangada de mogno que foi presa no Médio Amazonas, nas áreas do Xingu, de valor bruto de 3 milhões de dólares. Uma jangada com mais de 250 km de extensão de mogno que estava descendo o rio. Quando essa jangada for serrada, ela vai multiplicar por dez. São 30 milhões de dólares. Então, vejam o prejuízo que a Amazônia vai ter cada vez que alguém roubar da gente 30 milhões de dólares brutos em mogno. Para quem não sabe, o Canadá produz, por ano, com a sua indústria madeireira, em torno de 72 a 75 bilhões de dólares, só com a indústria madeireira. Então, nós vamos poder fornecer estudos fitológicos para fazer coisas melhores na área de levantamento e inventário florestal. Vou dar o último exemplo para esse cientista sobre o que é que a Amazônia sofre: recentemente dois Ministros do Governo do qual faço parte, entusiasmados com a “síndrome de mariposa” causada pelos holofotes das câmeras de televisão, resolveram decretar no meu Estado, o Amapá, a maior reserva de floresta nacional. “Maior parque nacional do mundo”, esta foi a manchete colocada. Parque Nacional do Tumucumaque. Área: 3,8 milhões de hectares. Esqueceram os entusiasmados Ministros do Meio Ambiente e da Reforma Agrária que nesta área está a fronteira tríplice do Suriname, da Guiana Francesa e do Pará com o Amapá, ou seja, do Brasil, Guiana, Suriname e Guiana francesa. E é exatamente deste ponto que nós iniciamos, de Clevelândia até Bonfim, 1.450 quilômetros sem ter uma alma viva, seja militar, seja civil nesta fronteira. Ou seja, antes de fazer um inventário socioeconômico, geopolítico, econômico e ecológico, larga-lhe a caneta sobre a Amazônia e retira, desnacionaliza 3,8 milhões de hectares. Vamos esperar o SIVAM ser implantado. Vamos decretar centenas de milhões de hectares de reservas e parques nacionais, mas sabendo onde nós vamos demarcá-los, sabendo onde nós



vamos excluir a espacialidade econômica da sociedade amazônica. Portanto, graças a esse projeto, nós vamos poder definir com maior precocidade e com maior acuidade os espaços geoeconômicos dentro da nossa região. Então, o Projeto SIVAM é um grande projeto de desenvolvimento da Amazônia, porque quando nós conhecemos uma área nós podemos evitar cometer erros, como foi, por exemplo, abrir a Cuiabá-Santarém passando só por latosolos, desde Progresso até a cidade de Santarém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Muito obrigado, Deputado Antonio Feijão. Devolvo agora a palavra ao Brigadeiro Teomar Fonseca Quírico, para que ele faça as considerações que julgar convenientes sobre o que foi colocado e também as considerações finais, dado que nós não teremos mais nenhuma pergunta.

O SR. BRIGADEIRO TEOMAR FONSECA QUÍRICO – Algumas considerações a respeito do que foi discutido agora, mais recentemente. Só para o Deputado Arlindo Chinaglia e os senhores e as senhoras, nessa busca de interagir com os órgãos usuários, buscando fazer com que o projeto viesse atender às necessidades deles, eu estive, há uns 4 anos, em Manaus, e fui ao Comando Militar da Amazônia. Lá, falando com o oficial de operações, que era um Coronel E3, como eles chamam, perguntei a ele: “Como é que vocês operam aqui? Quais são as necessidades de vocês?” Nós já tínhamos andado um pouquinho mais à frente no Projeto. Esse oficial, dando um exemplo, falou: “Pois é, Coronel — eu, na época, ainda era Coronel — hoje de manhã nós acionamos, só para o senhor ter uma idéia do tipo de operação nossa, nós, hoje de manhã, acionamos uma aeronave da FAB para resgatar uma índia que está tendo problemas de parto lá no interior da Amazônia. E a aeronave decolou de madrugada e saiu para buscar a índia.



Coincidentemente, no dia anterior eu tinha estado visitando os dois navios-hospitais da marinha que existem lá em Manaus, o Osvaldo Cruz e o Carlos Chagas. Hoje eles têm um terceiro navio-hospital. Esse navio-hospital tem capacidade de fazer pequenas cirurgias. Tem inclusive um helicóptero a bordo para fazer vôos de curta duração. Aí eu perguntei a esse oficial do Exército se naquele instante que ele tinha acionado a aeronave da FAB para resgatar essa índia se ele sabia onde o navio-hospital da Marinha estava. Ele não sabia. Então, a nossa aeronave decolou de madrugada para buscar uma índia lá no interior, quando poderia o navio-hospital estar do lado da tribo e poder fazer esse resgate. Então, são as coisas que acontecem. Isso é fato. Este oficial me falou que quando ele era Tenente, em Estirão do Equador, que fica lá na fronteira oeste, próximo da fronteira com a Bolívia, se não me falha a memória, quando era Tenente, em Estirão do Equador, há trinta anos, a notícia que chegava lá só chegava em castelhano. Então, a realidade de lá, há trinta anos, era só castelhano as notícias que chegavam. Isto é uma realidade que, se o senhor ainda caminhar pela Amazônia, talvez o senhor vá encontrar novamente esses exemplos. Então, o que se busca é exatamente evitar que problemas dessa natureza possam acontecer. Esse contrato que o senhor está colocando aí eu realmente não conheço, mas, se me recordo da época de 95, quando ainda estavam essas discussões e o Senador Antonio Carlos Magalhães, em pleno **Jornal Nacional**, falou que o Projeto SIVAM estava encerrado, estava morto, ele brandia, naquele instante, um acordo de cooperação que a Raytheon havia assinado com a ESCA para realmente esses trabalhos. Foi um acordo de cooperação que eles, visualizando um trabalho para a frente, assinaram que se eventualmente a empresa fosse a escolhida eles iriam trabalhar em parceria. Da mesma forma, acho eu, são os acordos de cooperação que têm sido assinados hoje entre a EMBRAER e a



Dassault, entre a TECTELCOM e a empresa russa, entre a VARIG e a Lockheed, perdão, e a SAAB na licitação do Caça FX, dizendo que se você for a escolhida nós vamos trabalhar. Então, parece-me, salvo eu estar completamente enganado, parece-me que é este acordo de cooperação, que é um acordo de cooperação normal que empresas fazem para desenvolver trabalhos futuros caso a oportunidade venha a surgir. E isso foi objeto de análise, de discussão, de investigação, e não foi considerado nada de ilícito. Finalmente existe, efetivamente, um cientista do INPE bastante crítico do Projeto SIVAM. Ele realmente faz críticas bastante ácidas desde o seu início, porque ele realmente entende que deveria ser privilegiada a inteligência nacional, privilegiada a tecnologia nacional, e assim por diante. Eu me lembro que no ano passado, se não me falha a memória, ano passado ou, no mais tratar, no ano anterior, nós tínhamos acabado de fazer um seminário lá na Amazônia e foi publicado nos jornais da região um artigo deste cientista efetivamente criticando acidamente o projeto, mais ou menos colocando isso que o senhor está colocando. Não sei se nós estamos falando do mesmo cientista, mas colocando da tecnologia desatualizada, da não utilização da inteligência nacional, etc. e tal. Pois bem, alguns dias depois ou algumas semanas depois, nós recebemos uma correspondência do Diretor do INPE, manifestando que esse cientista não falava em nome do INPE. O que ele estava falando era simplesmente a opinião dele, mas não da instituição. Isso nos confortou muito, porque demonstrou que efetivamente o INPE havia entendido toda a estrutura do projeto, a forma como ele estava sendo implementado, e estava, efetivamente, como está, se agregando de uma forma bastante proativa ao projeto. Hoje o INPE eu diria que é um dos nossos maiores parceiros e tem nos auxiliado por demais em todos os trabalhos que nós temos desenvolvido. Essas considerações são as que eu gostaria de colocar. Aproveitando para fazer umas considerações



finais, brevemente, eu queria manifestar aos senhores a satisfação minha de estar aqui presente. Eu diria mais do que a satisfação, a honra de estar aqui presente perante os senhores, nesta audiência pública. É a forma de o projeto ser transparente, é a forma de o projeto prestar contas, é a forma de nós demonstrarmos aos senhores e às senhoras, que são representantes da sociedade brasileira, o que nós estamos fazendo. Nós não temos nada que esconder. O projeto está permanentemente ao dispor de cada um dos senhores, seja em sessões como esta, seja particularmente. E eu queria manifestar a nossa vontade e a nossa disponibilidade, Sr. Presidente, de estar aqui presentes sempre que for solicitado, sempre que for necessário, para que nós possamos prestar esses esclarecimentos, para que os senhores tenham a certeza daquilo que está sendo feito e de que aquilo que está sendo feito vai ao encontro dos interesses dos senhores, das instituições que os senhores representam e deste Congresso, que é a Casa do nosso povo, a Casa da nossa sociedade e a quem nós devemos prestar contas. Eu queria agradecer muito a oportunidade que os senhores nos deram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Muito obrigado, Sr. Brigadeiro Teomar Fonseca Quírico, Presidente da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia. Esta Comissão agradece também não só a sua presença mas a grande contribuição que V.Sa. deu para os seus trabalhos. E não havendo mais ninguém inscrito para fazer uso da palavra, convoco reunião que será realizada no próximo dia 9 de abril, terça-feira, às 14 horas, cuja pauta será oportunamente informada. Agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta audiência.